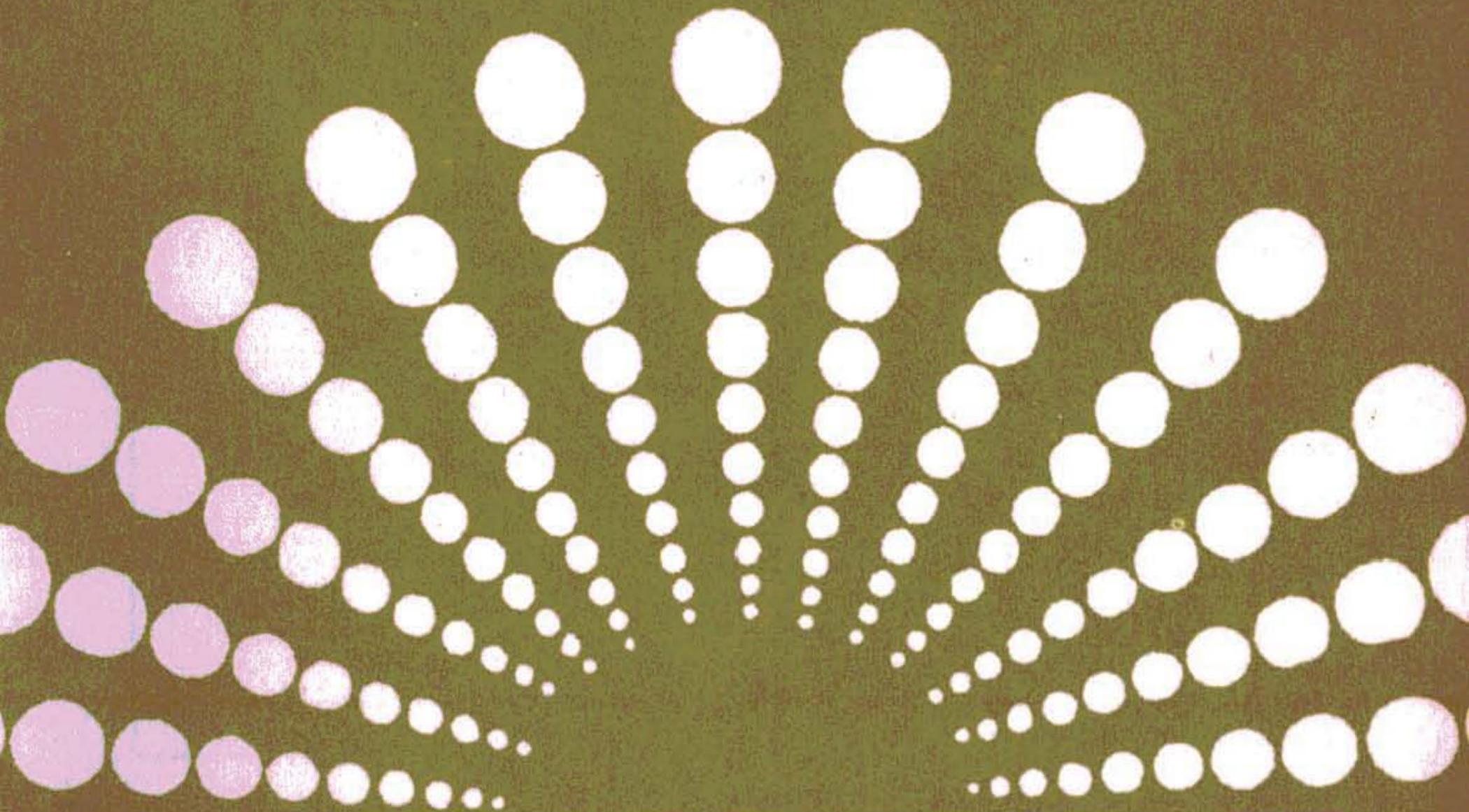


convergência

NOV — 1979 — ANO XII — Nº 127



- A VIDA RELIGIOSA A SERVIÇO DA PROMOÇÃO HUMANA
Frei Vicente Couesnongle, OP — página 523
- EVANGELIZAÇÃO E FAMÍLIA NO ATUAL CONTEXTO
DA VIDA SOCIAL
Dom João Evangelista Enout, OSB — página 538
- VIDA RELIGIOSA, EVANGELIZAÇÃO E POBREZA
Irmã Ivone Gebara, CSA — página 551

CRB: 25 ANOS

1954/1979

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1979:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea).....	Cr\$ 280,00
Exterior: marítima	US\$ 17,00
aérea	US\$ 25,00
Número avulso.....	Cr\$ 28,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211 Rio de Janeiro — RJ.

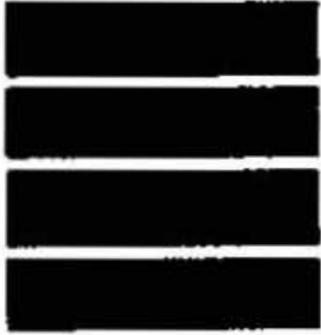
Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa.

Tentativa de estilização, em formas geométricas regulares, do efeito que se segue à detonação de fogos de artifício. É um ano de Festa 1979. Estamos vivendo os 25 anos de vida da CRB. Festa para Você, Religioso e Religiosa, que começa ou já vai adiantado mas não se envelheceu interiormente pela capacidade de descobrir o sentimento da alegria e da esperança. Nossa caminhada, lado a lado, quando fraterna, o tempo só faz aprimorar. Bodas de Prata é uma idade jovem para uma instituição. É convite para assumir a psicologia das origens, confiando na intervenção do

Senhor que renova, periodicamente, a nossa juventude. Convite para a renovação diuturna do alegre comprometimento de ir em frente, com entusiasmo e otimismo, na rota do SOL, no caminho de DEUS.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	513
INFORME DA CRB	515
JOÃO PAULO II AOS JOVENS	521
A VIDA RELIGIOSA A SERVIÇO DA PROMOÇÃO HUMANA Frei Vicente Couesnongle, OP	523
EVANGELIZAÇÃO E FAMÍLIA NO ATUAL CONTEXTO DE NOSSA VIDA SOCIAL Dom João Evangelista Enout, OSB.....	538
VIDA RELIGIOSA, EVANGELIZAÇÃO E POBREZA Irmã Ivone Gebara, CSA	551
CONSEQUÊNCIAS CONCRETAS DE PUEBLA PARA A VIDA RELIGIOSA Frei Clodovis Boff, OSM	563
LIVROS NOVOS PARA VOCÊ LER ...	572

EDITORIAL

Puebla não é só um documento. É, antes de tudo, um acontecimento eclesial, uma visível manifestação do Espírito e um apelo concreto à conversão para a Igreja Latino-americana.

Um dos aspectos desta conversão, à qual Puebla nos convida, como cristãos, como comunidades eclesiais e religiosas, é a conversão ao pobre, enquanto lugar de encontro com Deus e critério verificador da autenticidade da nossa experiência evangélica. Por isto a opção preferencial pelos pobres constitui um dos eixos fundamentais de Puebla. Por isto, Puebla destaca a importância da promoção humana como parte integrante da evangelização.

Não se pode simplisticamente identificar Evangelho e promoção humana. Mas também não se pode superficialmente separá-los. Quando a evangelização é plena, implica necessariamente a abertura à promoção humana e exige o compromisso do cristão. E quando a promoção é integral, nasce da fecundidade do Evangelho e se consuma na inserção no Cristo vivo, pela Fé e a Caridade.

Um dos valores fundamentais da promoção humana é a **participação**, isto é, a possibilidade real de que todos os homens participem ativamente na construção da história e nos bens da natureza e da civilização. Enquanto existam desigualdades irritantes — “poucos que têm muito e muitos que têm pouco” — estará falhando a promoção humana. O Evangelho é uma proclamação da paz numa exigência de justiça.

No acontecimento eclesial de Puebla, os Religiosos são vistos e considerados como “**agentes de participação e comunhão**”, portanto, com uma função explícita no campo da promoção humana.

Toda presença religiosa no processo de promoção humana deve ser inspirada e animada pela originalidade do projeto religioso. Este consiste em contemplar e viver a história e o mundo, a partir da perspectiva de Deus. Esta dimensão teológica, porém, só aparece real na medida em que os Religiosos se encarnam e assumem os desafios da libertação como o Filho eterno o demonstrou na sua missão.

No seu discurso aos jovens, em fevereiro deste ano, João Paulo II insiste nas exigências que a promoção humana coloca para o cristão, lembrando que “a libertação é certamente uma realidade de fé, inscrita profundamente na missão salvífica de Cristo, na sua obra e no seu ensino”.

O artigo do **Frei Vicente de Couesnongle, OP**, quer ajudar os religiosos a refletir sobre esta questão, especialmente aqueles que “se questionam sobre seu papel específico no esforço para tornar o mundo melhor”.

“Confrontando a Vida Religiosa com a promoção do homem”, Fr. Vicente faz “uma espécie de ‘releitura’ rica e exigente dos seus componentes essenciais” e indica perspectivas claras de ação, em consonância com o Evangelho que “nos concita a vivermos nossa esperança e a encarná-la melhor na trágica realidade dos que sofrem e dos que aspiram a se tornarem mais plenamente homens”.

D. João Evangelista Enout, OSB, aborda o tema “Evangelição e família no atual contexto da nossa vida social”, tratando o assunto com clareza e competência. Para ele a família evangelizada e evangelizadora estará dentro da Igreja no centro de todas as vocações. Ela deve receber de todas as forças vivas da Igreja a sua Evangelição, o anúncio de Jesus Cristo, e a toda a Igreja ela transmi-

tirá suas forças evangelizadoras tão ricas e diversificadas”.

A relação Vida Religiosa, Evangelização e pobreza é objeto de um estudo profundo e inspirador no artigo da **Irmã Yvone Gebara, CSA**. Partindo das exigências do Evangelho de Jesus, Irmã Yvone faz uma elucidação da temática da pobreza como sinônimo de injustiça, numa sociedade onde “um clamor surdo brota de milhões de homens pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte” (P. 87). Neste contexto a pobreza religiosa “é essencialmente um assumir como nossa a nova imagem do mundo que estamos, junto com os pobres, ajudando a gerar”.

Puebla, dizíamos no começo, não é apenas um documento. É antes de tudo, um acontecimento eclesial de primeira magnitude. Precisamente por isto. Puebla coloca para toda a Igreja latino-americana umas conseqüências que devem ser assumidas como testemunho de coerência e de fidelidade a Deus que nos interpela na história.

Frei Clodovis Boff, OSM, elenca no seu artigo as principais conseqüências de Puebla para a Vida Religiosa, “pensando, sobretudo, nos jovens religiosos de quem se espera levem à frente e bem alto o facho da sua vocação, avivado em Puebla”.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

PELAS REGIONAIS

REGIONAL SÃO PAULO Encontro de Coordenadores de Núcleos: 23-25/7/79

No dia 23 de julho, às 13 hs. o grupo foi cordialmente recepcionado pela equipe do Executivo da CRB, na própria sede. Realizou-se uma visita para conhecimento do local. Um cafezinho foi servido a todos. Às 14 hs., conforme o horário pré-estabelecido, em ônibus especial, todas as Coordenadoras mais o pessoal de trabalho, foram levados ao Capão Redondo, onde se daria o Encontro. Após o cafezinho da tarde, fomos todos reunidos para a parte de Espiritualidade, programada para introdução e base para uma abertura à ação de Deus, indispensável a todo andamento dos trabalhos. Constou de reflexões e orações individuais sobre: Vocação de Filhos de Deus. Nascimento Novo. Somos consagrados ao Senhor. Chamados a construir com Ele a comunhão: Nossa Missão.

Essa parte culminou com a Celebração Eucarística, às 18 hs. Seguindo a programação, tivemos o jantar e o recreio. Durante esses dois momentos, todos se empenharam em conhecer-se mutuamente.

Às 20 hs. houve a primeira colocação feita pelo PE. FILIPPELLI, sobre: Estrutura e Objetivos da CRB Nacional e Re-

gional. O grupo se pronunciou a respeito da primeira prioridade, aceita como ponto de partida para a Coordenação em seus Núcleos: "Que a CRB, em suas iniciativas, leve a ASSUMIR a Vida Religiosa na Igreja Particular, como PRESENÇA relevante, da qual a Ação Pastoral será uma conseqüência".

"Atingir todos os Religiosos — Capital e Interior — para dinamizar a vivência, pessoal e comunitária, de sua missão de consagrados, HOJE". No dia 24, depois de subdivididas em pequenos grupos, todas as Coordenadoras reconheceram as dificuldades que se apresentam como desafio ao seu trabalho específico junto aos Religiosos. Esse trabalho foi realizado na parte da manhã.

Durante a tarde desse mesmo dia, tentou-se levantar sugestões para superar essas dificuldades: Em nível de pessoa. Em nível de Comunidade. Em nível de Diocese. Em nível de Província Eclesiástica.

Às 20 hs. após o jantar e o recreio, (tendo seguido a programação estabelecida) foram tratados dois assuntos importantíssimos para a prossecução do agir de cada Coordenadora em seu Núcleo: O que se espera da CRB Regional para ajudar a superar essas dificuldades? Sugestões de nomes para a Coordenação Provincial.

25 de julho pela manhã, o grupo tentou levantar PROPOSTAS CONCRETAS PARA O PLANO/80, em nível de: Pessoa, Comunidade, Diocese, Província, para atender aos Objetivos da CRB.

Às 12 hs. houve a Celebração Eucarística como o coroamento do Encontro. Esse fato importante para a caminhada da CRB, em sua atuação junto aos Núcleos, está aqui sucintamente relatado. Feita a avaliação final, notamos o grande valor do mesmo e a alegria geral por ter sido um ENCONTRO de enriquecimento pessoal onde cada elemento se reanimou e renovou para prosseguir em seus trabalhos de dinamizar e animar a Vida Religiosa. Demonstraram o vivo apreço aos trabalhos da CRB e não pouparam elogios ao planejamento e pontualidade com que todas as atividades foram realizadas, como se depreende disto:

"Repetir a experiência. Foi válida". "A programação feita pela CRB para estes dias foi muito positiva, bem como os assuntos abordados e a dinâmica. Vocês conseguiram inquietar muito". "O crescimento da amizade e o interesse em conhecer, umas, o trabalho das outras, o intercâmbio de comunicação e maior entrosamento foram aspectos de grande importância". "Pontos altos: O encontro com as Irmãs. Encontrar-se é sempre uma alegria, enriquece, anima e entusiasma sempre mais. Um voto de louvor a toda a equipe da CRB pela disponibilidade, espírito de sacrifício, desprendimento e alegria".

REGIONAL CAMPO GRANDE

Encontro sobre

Pastoral Vocacional

Com a presença de 65 participantes presbíteros, religiosos e leigos de todo o Regional, realizou-se aqui no IRPAMAT, mais um Encontro sobre Pastoral Voca-

cional. Através da dinâmica VER, JULGAR e AGIR, tratou-se de rever o objetivo elaborado no encontro de 78 para o Regional, questionar a mesma pastoral em nível diocesano e estudar a nossa ação vocacional à luz de Puebla.

Os questionamentos foram levantados em torno das seguintes perguntas: Que idéia fazemos de nós mesmos? Como somos vistos? Como Deus nos vê? Qual o caminho que fizemos, qual a nossa herança?

As constatações foram as mais variadas: "somos ainda pessoas que buscam, que procuram caminhos novos, que trabalham desordenadamente dispersando energias, olhando cada qual os próprios interesses". Somos vistos de muitos modos: "como sinais de justiça e de esperança"; "como mercenários", "pessoas que pouco incidem no meio do povo"; "como mito" (pessoas perfeitas, nunca erram) "gente que sabe tudo, principalmente sobre Deus".

A reflexão sobre a evolução bíblico-antropológica da vocação, apresentada pelo Pe. João Righ fez-nos recordar o que Deus espera de nós. Ele nos convoca a sermos gente (ADÃO) Grupo (NOÉ), povo (ABRAÃO), condutores (MOISÉS E JETRO), sinais de alerta (PROFETAS), a assumirmos a provisoriidade (JOÃO BATISTA), sermos anunciadores de um novo REINO, de uma mudança radical, de uma nova vocação CRISTÃ (MARIA). É assim que Deus nos vê, desenvolvendo o nosso papel no hoje de nossa história, como aconteceu na história do seu povo. Precisamos estar atentos e prescrutar os "sinais dos tempos".

Depois destas constatações passou-se a JULGAR os desígnios do PAI sobre a nossa Pastoral Vocacional e chegou-se à várias conclusões que resumidamente salientamos. É preciso: ter uma diretriz que oriente a pastoral vocacional em

âmbito regional, que esteja em sintonia com a Igreja Universal e com as exigências da pastoral latino-americana; ter elementos teológicos, eclesiais e antropológicos que a iluminem; ter uma linha bem definida segundo as exigências locais; valorizar mais o nativo e não levá-lo para fora. É urgente: acreditar na P.V.; assumir esse trabalho nas paróquias, dar prioridade à catequese familiar e das comunidades eclesiais de base e sobretudo precisa-se muita oração ao lado da doutrina e da ação.

Várias foram as propostas, chegando finalmente a concretizá-las em algumas pistas de ação:

1. Criar e/ou definir a equipe diocesana de Pastoral Vocacional. 2. Mês de agosto, tempo forte assumido pelo REO (Regional Extremo Oeste) como mês vocacional por excelência. 3. Cada diocese organize seu plano de Pastoral Vocacional até o próximo encontro onde o mesmo deverá ser apresentado e estudado.

A avaliação do encontro revelou interesse, esperança para uma nova caminhada, otimismo, desejo de continuidade, clima de amizade, bom aproveitamento, auto-crítica e visão mais clara da realidade.

REGIONAL SÃO LUÍS VIII Assembléia Geral Ordinária: 28-30/7/79

A Regional São Luís celebrou a sua VIII Assembléia Geral Ordinária de 28 a 30 de julho, com a participação de 74 Religiosos e Religiosas dos vários núcleos do Maranhão. Pela Diretoria Nacional, participou o Ir. Claudino Falquetto. Como convidada, participou a Ir. Helena Loi, secretária executiva da CRB Regional de Belém. O tema de estudo: "A Vida Religiosa na Reflexão de Puebla", esteve a cargo do Pe. Carlos Pal-

mês, SJ, ex-Presidente da CLAR, membro da Assembléia de Puebla e integrante nesta do grupo de trabalho que elaborou o capítulo "Vida Consagrada".

Durante dois dias, o Pe. Carlos Palmês assessorou a Assembléia no estudo do documento de Puebla, no capítulo antes mencionado. Suas exposições abrangeram os seguintes aspectos: Experiência de Deus; vida comunitária; Inserção na Igreja particular; opção pelos pobres e formação.

Todas as colocações foram claras e profundas, estimulantes e questionadoras. Agradaram plenamente e, sobretudo, ajudaram o grupo a refletir, a se questionar.

Destacamos aqui alguns "flashes" da reflexão nos grupos:

Aspectos positivos e negativos do nosso compromisso com os pobres:

— Converter-se e deixar-se converter pelos pobres, na solidariedade com eles.

— Esclarecer o pobre sobre seus valores, seus direitos e deveres; orientá-los e apoiá-los. Suscitar líderes.

— Tratar de que nossa pobreza seja não só professada mas vivida.

— Analisar os fatos da realidade local e mundial com consciência crítica, e à luz da fé.

No final da Assembléia o grupo fez as seguintes sugestões:

— Dar continuidade ao tema estudado na assembléia, com revisão contínua.

— Enviar carta aos(as) Religiosos(as) que não participaram da Assembléia.

— Promover encontros para troca de experiências entre Religiosos(as) de atividades afins.

— Solicitar às Congregações uma auxiliar para o Executivo.

— Apoiar a iniciativa do noviciado intercongregacional.

— Dialogar com os Bispos para um melhor conhecimento mútuo.

— Intensificar os encontros de formadores e promover um programa de formação permanente.

Frei Pascoal, Presidente da Regional São Luís, encerrou a Assembléia com um agradecimento grande a todos e fez um apelo à solidariedade dos Religiosos, no sentido de viver o que foi estudado.

REGIONAL FLORIANÓPOLIS Encontro de Coordenadoras Diocesanas: 6/7/1979

Realizou-se no dia 06 de julho de 1979, no Regional Sul 4, o **ENCONTRO DAS COORDENADORAS DIOCESANAS DE CRB**, coordenado pela Diretoria da CRB/SC e Equipe Executiva. Contou-se com a presença e assessoria da **Ir. Maria Carmelita de Freitas, do Executivo Nacional**.

A finalidade do Encontro foi atualizar a caminhada da CRB nas dioceses, tendo em vista: **revisão, aprofundamento e replanejamento**, como também a **preparação da X Assembléia Geral Ordinária da CRB/SC**.

A partir destes objetivos foi desenvolvida a agenda. Inicialmente cada Coordenadora apresentou a situação da respectiva Diocese, desde o Encontro de Março, ressaltando as atividades mais significativas e como estão sendo superadas as dificuldades.

Depois das colocações das 8 (oito) Dioceses, houve debate sobre alguns pontos, aprofundamento de outros, em clima de muita entreaajuda. Constatou-se com muita alegria que, em todas as dioceses, de acordo com a própria realidade

de está acontecendo o trabalho de **promoção, animação e coordenação da Vida Religiosa**:

— As Equipes de Coordenação Comarcal, juntamente com a Equipe Diocesana, assumem com seriedade e dinamismo este serviço.

— O Encontro Regional dos Coordenadores Comarcais foi muito positivo. Possibilitou um novo impulso na vida das Comarcas.

— Há uma sensível busca de estratégias, alternativas para superar as dificuldades que surgem.

— Nota-se mais vida, otimismo, élan da parte dos Religiosos.

— Cresce o espírito de comunhão e participação entre os Religiosos e, conseqüentemente, o entrosamento entre as congregações.

— Importância da Coordenadora Diocesana de CRB integrar a Equipe Diocesana de Pastoral, em vista de um trabalho de conjunto.

Quanto a preparação da **X ASSEMBLÉIA REGIONAL**, pensou-se mais no **TEMA, RELATÓRIO** e distribuição de alguns **SERVIÇOS**.

TEMA: A partir das sugestões dos Provinciais, no Encontro de Março, e de uma troca de idéias, o grupo achou que o enfoque principal deverá ser: **"VIDA CONSAGRADA — À LUZ DE PUEBLA"**, destacando: **Opção preferencial pelos pobres:** Fundamentação desta opção. Conseqüências para a Vida Religiosa de Santa Catarina.

O grupo foi informado das atividades realizadas no primeiro semestre, em esfera Regional, como também das programações previstas até o final do ano. No momento, discutiu-se uma forma de trazer as comunidades mais informadas sobre o que acontece na CRB. Foi dada a

sugestão de um **Informativo periódico**. Acatou-se a idéia e deverão ser estudadas as possibilidades de concretização.

A revisão, no final do Encontro, demonstrou o quanto foi válido e positivo. A presença da Ir. Maria Carmelita foi um apoio e um incentivo muito grande para o grupo. Foram muito ricas as observações feitas na linha de avaliação da ca-

minhada da CRB/SC, alertando para novas possibilidades de ação, a partir do trabalho que já está acontecendo.

A Celebração Eucarística, ponto alto do Encontro, foi a expressão máxima de louvor e agradecimento ao Pai, pelas maravilhas que Ele opera através do esforço e empenho de cada um.

ENCONTRO NACIONAL DE CONTEMPLATIVAS

Uma das programações mais caras à Conferência dos Religiosos do Brasil, expressão de seu apreço pela vida contemplativa, são os Encontros Nacionais de Mosteiros realizados cada dois anos. De 11 a 17 de agosto, realizou-se no Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, em Belo Horizonte, Minas Gerais, o IV Encontro Nacional das Contemplativas.

Participantes. Presidiu a celebração eucarística de abertura, Dom João Resende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte, dirigindo sua palavra de Pastor às 110 presentes: abadessas, prioresas e representantes de 41 Mosteiros, provenientes de 27 cidades. Conviveram em fraterno intercâmbio: Beneditinas, Carmelitas, Passionistas, Redentoristas, Servas do Santíssimo Sacramento, Concepcionistas, Visitandinas, Clarissas, Dominicanas, estreitando os laços entre os diversos Mosteiros, desfrutando da mais cordial acolhida das Monjas do Mosteiro de Nossa Senhora das Graças.

Temário. Planejado em conjunto pelo Executivo Nacional da CRB, representado pela Irmã Helena Ferreira e por Dona Luzia Ribeiro de Oliveira, Abadessa do Mosteiro de Nossa Senhora das Graças, por parte das Contemplativas, o temário focalizou as grandes linhas de Puebla e sua relação com a vida contemplativa. **Dom Valfredo Tepe**, com vivo interesse e disponibilidade, desenvolveu o tema

ADORAÇÃO, ORAÇÃO (INTERIORIDADE) AÇÃO. **Dom Vital Wilderink** discorreu sobre A GRATUIDADE. **Irmã Maria Carmelita de Freitas** apresentou uma síntese das grandes rupturas e tendências da Vida Religiosa nos últimos anos. **Pe. Ruiz de Gopegul** focalizou alguns aspectos da opção preferencial pelos pobres.

Terminando o Encontro, **Pe. Décio Batista Teixeira**, Presidente Nacional da CRB, deu uma panorâmica da Conferência dos Religiosos do Brasil: seus objetivos, sua programação para a animação da vida religiosa nos aspectos de formação inicial e permanente e nas várias áreas de atividades dos religiosos. A dinâmica do Encontro possibilita exposições, trabalho em grupo, tempos de reflexão pessoal, plenários, entrelaçados com o ritmo das horas canônicas e momentos de alegre intercâmbio e lazer.

Para garantir a assimilação de toda a riqueza do Encontro, a psicóloga Marinha da Silva levou as participantes a uma avaliação em profundidade que permitiu ressaltar os aspectos mais significativos. Os objetivos da informação, da atualização e intercâmbio foram plenamente atendidos, despertando nas participantes desejo de comunhão e participação eclesial sempre mais intensas. Penhor de garantia deste sentido eclesial para todos os Mosteiros que enviaram representantes fora a carta de Sua Emi-

nência o Cardeal Eduardo Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, apoiando o Encontro, e mensagens de numerosos Bispos trazendo sua solidariedade pastoral. A CRB se regozija com as Irmãs Contemplativas por este evento e lhes garante sua disponibilidade de serviço.

Números do Encontro. BENEDITINAS: 16 de Belo Horizonte, MG; 2 de Caxambu, MG; 2 de Curitiba, PR; 3 de Juiz de Fora, MG; uma de Olinda, PE; 2 de Salvador, BA; uma de São Paulo, SP, e 4 de Uberaba, MG. CARMELITAS: 3 de Belo Horizonte, MG; 3 de Divinópolis, MG; 2 de Fortaleza, CE; 2 de Montes Claros, MG; 3 de Recife, PE; 2 de Salvador, BA, e 2 de Três Pontas, MG. REDENTORISTINAS: 5 de Belo Horizonte,

MG, e uma de Itu, SP. PASSIONISTAS: 4 de São Carlos, SP, e 3 de São Paulo, SP. SERVAS DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO: 2 de Belo Horizonte, MG; 2 de Juiz de Fora, MG; uma de Jundiaí, SP; uma de São Paulo, SP, e 3 de Taubaté, SP. CONCEPCIONISTAS: uma de Araguari, MG; 2 de Caratinga, MG; 5 de Curvelo, MG; 2 de Fortaleza, CE; uma de Guaratinguetá, SP; uma de Macaúbas, MG; 2 do Rio de Janeiro, RJ; 3 de Salvador, BA; uma de São João del Rei, MG; 4 de São Paulo, SP; uma de Taubaté, SP, e 4 de Uberaba, MG. VISITANDINAS: 3 de Barbacena, MG, e 3 de São Paulo, SP. CLARISSAS: 3 de Belo Horizonte, MG, e 2 de Campina Grande, PB. CISTERCIENSES: uma de Campo Grande, MS. DOMINICANAS: uma de Vitória da Conquista, BA.

JOÃO PAULO II

FALA AOS JOVENS

Dia 21 de fevereiro de 1979, na audiência geral de quarta-feira, antes de receber os fiéis provindos do mundo inteiro na Sala Paulo VI, o Santo Padre recebeu, como de costume, os jovens e crianças das escolas, associações e paróquias italianas. Nessa audiência aos jovens,

João Paulo II, desenvolvendo o tema da liberdade e do conhecimento da verdade, mostrou, mais uma vez, como a Conferência do Episcopado Latino-Americano em Puebla o preocupa profundamente. Eis o texto da alocução.

CARÍSSIMOS:

1. Cada encontro é para mim e para vós nova descoberta, fonte de alegria autêntica. O Papa quer conhecer, chamar a diálogo e sentir os seus pequenos e jovens amigos; mas também vós, pela vossa parte, tendes grande desejo de manifestar ao Papa a vossa alegria, o vosso entusiasmo e também por que não?, os vossos problemas.

Ora, vós sois particularmente sensíveis ao grande problema da "liberdade", da "libertação". Mas, perguntamo-nos, vós e eu, "liberdade", em que sentido?, "libertação" de quem e de quê, de que condicionamento e de que escravidão?

Mais uma vez me refiro hoje ao tema da terceira Conferência do Episcopado Latino-Americano, de-

dicada à evangelização, no presente e no futuro da Igreja. Evangelizar significa fazer tudo, segundo as nossas capacidades, para que o homem "creia", para que o homem se reencontre a si mesmo em Cristo, para que encontre n'Ele o sentido pleno e a dimensão adequada da própria vida. Este "encontro" é, ao mesmo tempo, a fonte mais profunda da libertação do homem. **Cristo libertou-nos para ficarmos livres**, diz-nos São Paulo. A libertação é certamente uma realidade de fé, inscrita profundamente na missão salvífica de Cristo, na sua obra e no seu ensino.

2. Também Jesus associa "libertação" e conhecimento da verdade: Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. Há nesta afirmação o significado íntimo da liberdade que nos dá Cristo. A libertação é transformação interior do homem, como

conseqüência proveniente do conhecimento da verdade; trata-se dum processo espiritual de maturação, mediante o qual o homem se torna representante e porta-voz da justiça e da santidade verdadeira nos diversos níveis da vida pessoal, individual e social. Mas esta verdade não é a simples verdade de caráter científico ou histórico, é o próprio Cristo — Palavra do Pai encarnada — que pode dizer de si mesmo: Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Por isso, Jesus, repetidamente e com energia se opôs na sua vida terrena com firmeza e decisão à “não-verdade”, embora estivesse consciente daquilo que o esperava.

Este serviço prestado à verdade, participação no serviço profético de Cristo, é missão da Igreja, que procura cumpri-la nos diversos contextos históricos. É necessário chamar pelo nome toda a injustiça social, toda a discriminação e toda a violência infligida ao homem no que se refere ao seu corpo, ao seu espírito, à sua consciência, à sua dignidade de pessoa e à sua vida.

A libertação, mesmo no significado social, toma início no conhecimento e na proclamação corajosa da verdade, sem manipulações e sem falsificações de importância.

3. Também vós, jovens e meninos, estais sempre intensamente unidos a Cristo-Verdade, sois testemunhas da Verdade, que é Ele mesmo

e a sua mensagem, confiada esta ao homem, frágil e forte ao mesmo tempo. Recordai-vos da iluminadora meditação de Pascal sobre o homem? “O homem não é senão uma cana, a mais fraca da natureza; mas é uma cana pensante. Não é necessário que o universo inteiro se arme para esmagá-la: um vapor, uma gota de água bastam para matá-lo. Mas, ainda mesmo que o universo o esmagasse, o homem seria ainda mais nobre que aquilo que o mataria, porque sabe que morre e, pelo contrário, da superioridade que tem sobre ele, não sabe nada o universo”.

Eis que esta frágil cana, precisamente porque é “pensante”, se supera a si mesma; leva dentro de si o mistério transcendental e aquela “inquietação-criativa”, que dele provém. Todavia, anuncia-se precisamente nestes tempos que a condição para a libertação do homem” será a sua libertação “de Cristo”, da sua mensagem, da sua lei de amor, isto é, da religião, que é definida como “alienação do homem”.

Caríssimos. Cristo espera-vos para libertá-los do mal, do pecado e do erro, isto é, das verdadeiras raízes de que provêm as misérias que degradam e aviltam o homem. Sede sempre profetas e testemunhas da Verdade.

Com a minha Bênção Apostólica.
Amém.

A VIDA RELIGIOSA

A SERVIÇO

DA PROMOÇÃO HUMANA

“Cabe a estas comunidades cristãs discernir, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos, em diálogo com os outros homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém assumir para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se mostrem necessárias e, em muitos casos, urgentes”.

Frei Vicente de Couesnongle, OP

Roma, Itália

A sensibilidade dos religiosos diante do problema da promoção humana situa-se num contexto mais amplo, o da sensibilidade dos cristãos em face da questão (1). Nestes últimos anos, documentos pontifícios ou episcopais, a criação de organizações em favor dos direitos do homem, em defesa da justiça ou para o desenvolvimento, alertaram a consciência dos crentes. E os religiosos questionam-se sobre seu papel específico no esforço para tornar o mundo melhor. Sob o ponto de vista da promoção humana, qual o testemunho, qual a palavra adequada que os religiosos devem trazer? Confrontando a vida religiosa com a promoção do homem, faremos uma espécie de “releitura”, rica e exigente, de seus componentes essenciais.

I. PERSPECTIVAS GERAIS

A Igreja sempre teve consciência de sua missão em favor da promoção humana integral, sublinhando este qualificativo (“integral”), da mesma forma como sempre insistiu na busca do bem fundamental do homem que só pode ser encontrado em Deus, a realização propriamente humana do homem (2).

Sob este aspecto, os cristãos e a Igreja acham-se atualmente numa conjuntura nova. Em face da evolução industrial do mundo e da situação dos homens que trabalham, os ensinamentos de Leão XIII e de seus sucessores mais próximos só encontraram — é preciso reconhecê-lo — um eco limitado, ao passo que o

mesmo não aconteceu com João XXIII, com o Concílio Vaticano II e com Paulo VI. Na verdade, os ensinamentos destes atingiram o conjunto dos cristãos, já muito mais sensíveis aos problemas da paz, da fome, da justiça, do desenvolvimento do mundo.

Se, por um lado, a caridade para com o próximo continua sendo a fonte de todo trabalho em favor do homem, por outro lado, os cristãos descobrem as exigências da justiça e de uma ação exercida sobre as estruturas sociais. Durante séculos, eles dedicaram-se sobretudo a "curar" as feridas e a "cuidar" delas. Atualmente, impelidos pelo Evangelho a assumir suas responsabilidades, eles percebem muito melhor que seu papel na construção de um mundo em expansão possui também uma dimensão **sócio-política** (3).

Os meios de comunicação social desempenharam um papel de primeira categoria na mudança de mentalidade. A amplitude, a urgência, a própria "geografia" dos problemas do desenvolvimento passaram a ser melhor percebidas pelos cristãos. Ao contrário dos decênios anteriores, os cristãos de hoje avaliam a importância e a atualidade do ensino da Igreja em tais setores. Este ensino chega até a despertar cada vez maior interesse por parte dos não-cristãos que, agora, se mostram sequiosos de todos os esclarecimentos a respeito desses problemas urgentes, qualquer que seja a fonte esclarecedora.

Papel específico dos religiosos

A história da Igreja mostra como os cristãos, no desejo de viver o

Evangelho mais radicalmente, sentiram ao longo dos séculos a necessidade de corresponder às necessidades dos mais desfavorecidos. Religiosos e religiosas criaram obras com esta finalidade. Sem empregarem os termos **promoção humana** ou **sócio-política**, as realidades equivaliam a isto, e tais ações influíram efetivamente no bem da cidade. Numa intervenção, muito importante pelo seu realismo e pela sua delicadeza psicológica, Madre Linscott, presidente da União Internacional das Superiores Gerais (UISG), referiu-se a este ponto na reunião da Sagrada Congregação (4). A história mostra exaustivamente que, desde o momento em que se permitiu às religiosas que não ficassem mais fechadas em seus claustros, elas passaram a desempenhar, nos hospitais, nas escolas, em todo tipo de obras, um papel de primeira categoria em favor do aprimoramento do bem-estar da sociedade profana; em consequência disto, elas tinham uma influência "política", não no sentido partidário do termo, mas assim mesmo muito importante.

O inquérito preparatório da Congregação mostrou a novidade e a amplitude do engajamento dos religiosos em favor do homem, bem como os problemas particulares que surgem, entre outros, o da secularização ambiente e o fato de que não se trata mais de "curar" apenas, mas, outrossim, de trabalhar para "promover" um mundo mais justo e melhor.

É dentro deste contexto que se levanta hoje, com acuidade nova, a questão do **papel específico dos re-**

ligiosos neste campo. O projeto fundamental da vida religiosa é sempre o mesmo: serem homens e mulheres que abraçam o “radicalismo das bem-aventuranças” e o absoluto de Deus. Nossa identidade fundamental não mudou. Mas o que a Igreja quer anunciar ao nosso mundo em expansão, o que ela quer fazer aí não podem deixar de questionar os religiosos, no seu **ser** e no seu **agir**.

Interrogação em nosso ser

Diante do mundo que apresenta um ideal de desenvolvimento que faz do homem, conscientemente ou não, um absoluto, somos chamados a aprofundar nosso próprio projeto, a fim de que este se torne “palavra” de Igreja dirigida aos homens. Trata-se de uma outra concepção do homem, de uma outra antropologia.

A bela afirmação de Paulo VI: **A causa da vida religiosa é a de Jesus Cristo**, poder-se-ia acrescentar, sem receio de ser refutado: **Ela é também a causa do próprio homem** (5). Daí a pergunta: será que a Igreja tem hoje alguma imagem do homem a propor? Uma imagem, um projeto que possam atender às aspirações mais profundas da humanidade, que sente cada vez melhor que, num mundo que pretende satisfazê-lo, o homem não é apenas um ser carente, mas um ser de desejos, cujas aspirações ultrapassam todos os limites. O “perfil de plenitude” existe no pensamento da Igreja. Entretanto, para recordar a sua existência, não basta invocar a vida cristã em geral. É necessário perceber sinais de uma densidade e de uma radicalidade mais eloqüentes. É por isso que, segundo o padre J.-M. Tillard:

“A vida religiosa é um dom que o Espírito Santo faz ao povo de Deus como tal, a fim de que lhe seja revelado o “estrato” (a camada) mais profunda mas também mais misteriosa e menos perceptível de sua realidade de povo de Deus” (6). Compreender-se-á então como o religioso pode revelar a abertura espiritual que existe nas profundezas das formas mais variadas da experiência humana, mesmo em seus sobressaltos e em seus desvios: decadência conseqüente do alcoolismo, movimento **hippie**, droga, todos os “maios de 68”. Perceber-se-á também como o testemunho dos religiosos tem a possibilidade de evitar que a promoção humana, hipostasiando o homem, se desvie ou tome a si própria como finalidade única. Ao falarmos de promoção humana integral, insistimos no dever de promover o homem em suas dimensões humanas; contudo, afirmamos também que o homem foi feito para **mais**; e é este **mais** que o projeto fundamental do religioso deve testemunhar.

Projeto fundamental e vida comum

O projeto fundamental da vida religiosa torna-se visível, sempre em termos de promoção humana, mediante os elementos principais que o constituem. A orientação que define este projeto reveste-se de um valor típico no mundo atual. Com sua técnica e com as exigências da economia, o mundo de hoje tem a tendência de reduzir o homem à sua função de produção e de consumo: “**homo consumens**”, empregando uma palavra do padre Arrupe (7).

A comunidade religiosa não encara o homem no plano do ter, nem no da eficácia mundana. O que interessa não deve ser o homem-função, o homem-outro, mas o **próximo**: um irmão ou uma irmã chamados a viver, com outros irmãos e com outras irmãs, um chamado comum e personalizado feito pelo Senhor.

Uma vida comum nutrida por valores evangélicos deve manifestar aos homens que eles podem viver juntos sem se estrangularem, que as relações interpessoais não são uma quimera e que a comunidade humana é algo possível de concretizar-se.

A pobreza religiosa

Ela deveria ser, aos olhos dos abastados, uma crítica e uma contestação do ter sob todas as suas formas, bem como do poder que a riqueza sempre favorece. Os apelos, tão generosos quanto generalizados, do Evangelho não bastam. Os olhos e o coração do homem precisam do Evangelho vivido até as últimas conseqüências. A pobreza do religioso deveria desempenhar este papel.

A prática desta exigência suscita numerosas questões: a complexidade das realidades em causa, as diferenças entre as situações pessoais, incidências geográficas e sociais de acordo com os diversos países. Não digamos que a necessidade de prestar contas de nossas despesas ou de pôr e m comum nosso dinheiro **baste** para fazer de nós testemunhas perceptíveis da pobreza evangélica para o nosso mundo!

Encarada em relação ao que significa o **ter** no momento atual, a alma de nossa pobreza não estaria ligada a uma certa forma de **dependência**? Segundo a belíssima expressão de G. Bernanos, o pobre é igualmente aquele “que vive não só do trabalho de suas mãos, mas também da fraternidade dos outros pobres, dos mil e um pequenos recursos da pobreza, do previsto e do imprevisto” (8). Esta dependência vai muito longe e mantém-se constante. Do padre-operário, dependente dos ritmos de trabalho, dos condicionamentos econômicos, da solidariedade dos companheiros, ao Superior Geral que está a serviço do Instituto e aos membros do Instituto, não existe, porventura, um denominador comum? Viver o Evangelho, viver pobremente é, tanto para um como para os outros, aceitar ser cada vez menos ele mesmo, ser cada vez menos “dono de si mesmo”.

Na medida em que viverem a verdadeira pobreza é que os religiosos compreenderão os desfavorecidos, lhes serão solidários e poderão falar em nome deles. Programa entusiasmante! Será que a realidade é convincente?

A obediência religiosa

Para construir este mundo melhor com que sonham os humanos, quantos trens, cada manhã, ao raiar do dia, têm de conduzir seu carregamento de homens e de mulheres até as usinas, as oficinas, aos escritórios! É a “obediência da vida” que tanta gente conhece: o congestionamento dos transportes públicos, o peso do trabalho profissional, horá-

rios exaustivos de dia e de noite, responsabilidades esmagadoras, etc. Será que, diante de tudo isso, pode um religioso, sem constrangimento, pôr na balança o rigor e as exigências de sua profissão de obediência?

Sem dúvida alguma, a diferença entre a sua situação e a dos outros deve ser para ele um convite permanente para renovar e intensificar a verdade religiosa. Entretanto, seria um erro só ver esta obediência no seu aspecto externo.

Para quem sabe olhar mais adiante — ainda que apenas com seus olhos de homem — a obediência do religioso é uma realidade profundamente humana. É uma escolha livre, e não obrigatória. Não é uma escravidão, porque esta obediência consiste num encontro de pessoa para pessoa, na procura comum do “seguimento de Cristo”. O religioso não tem diante de si uma autoridade que o reduza à sua função ou de uma coletividade sem visão que nele enxergue somente uma peça na máquina imensa. Se o superior tem de decidir, tem também — e até em primeiro lugar — de “solicitar a opinião dos religiosos, estimular a responsabilidade deles e favorecer a colaboração de todos para o bem da comunidade e a salvação dos homens” (9). Enfim, superando todo projeto puramente individual a obediência religiosa instala os que a professam numa comunidade cuja razão última de ser é o serviço do Povo de Deus. Como se poderá negar que este alargamento de visão não constitua igualmente um valor humano?

Indubitavelmente, há muito mais do que isto na obediência religiosa.

Sua fonte e sua luz, é o Cristo Jesus obediente até a morte e sua ressurreição testemunham a entrega amorosa e confiante de toda a sua vida à vontade do Pai, na medida também em que sua vida, morte e ressurreição são fontes de graça para aqueles que querem viver o Evangelho.

Loucura aos olhos dos homens, a obediência religiosa é sabedoria, e sabedoria humana, para aqueles que sabem descobrir todos os valores especificamente humanos que ela encerra. Em todo empreendimento em favor da promoção humana, ela tem um papel insubstituível a desempenhar: ensinar os homens a humanizarem a sujeição contínua que pesa sobre eles justamente no momento em que pretendem libertar-se; mostrar que a fonte desta humanização encontra-se no Evangelho.

A castidade religiosa

Quanto à **castidade**, podemos considerá-la aqui como a realidade que nos torna mais disponíveis, permitindo que “nos preocupemos com as coisas do Senhor” (1 Cor 7,32) e que nos doemos ao próximo com o próprio amor de Cristo. O celibato consagrado habilita, portanto, homens e mulheres ao serviço absoluto dos outros, de acordo com suas prioridades. Mas esta reorganização das energias humanas pela graça das bem-aventuranças deve estar apoiada na contemplação, esta contemplação que, segundo a **Perfectae caritatis** (10), não é privilégio específico dos contemplativos, porém, uma dimensão de toda vida religiosa. Contemplação que dá a toda vida

humana um esplendor, uma serenidade a que os homens são sensíveis e que testemunham outros valores humanos. Basta pensar numa Madre Teresa de Calcutá.

Ao término dessas observações sobre o nosso **ser religioso** dentro da perspectiva da promoção humana, vemos como, pelo seu projeto fundamental, sua comunidade de vida, seus votos, por tudo o que a inspira, a vida religiosa — por si mesma — já transmite uma mensagem ao mundo ávido de progresso. Para esta mensagem ser ouvida, é necessário que os religiosos vivam plenamente os compromissos que professaram. Paradoxalmente, a aspiração do mundo atual a uma promoção cada vez mais estimulada pelo homem em seus valores peculiares deve, então, incentivar-nos a um engajamento **religioso** mais profundo, e ao mesmo tempo mais visível porque mais encarnado na realidade contemporânea. Somente sob esta condição nosso ser religioso será, por si mesmo, palavra de Igreja, contestadora do mundo de hoje.

Interrogação em nosso agir

Releiamos o nº 52 da Exortação de Paulo VI, **Evangelica testificatio**: “Eis uma questão candente que nos preocupa fortemente nos dias de hoje: como transmitir a mensagem evangélica à civilização de massas? Como agir nos níveis em que se elabora uma nova cultura, em que se instaura um novo tipo de homem que acha que não precisa de redenção?... Caros religiosos e religiosas, seguindo os moldes que o apelo de Deus requer de vossas famílias

espirituais, é preciso que vossos olhos estejam bem abertos às necessidades dos homens, aos seus problemas, às suas buscas, testemunhando no meio deles, pela oração e pela ação, a força da boa-nova de amor, de justiça e de paz” (11). O Papa insiste ainda sobre a necessária transformação dos costumes, das mentalidades e dos corações, e enfatiza o fato de que tal tarefa compete aos religiosos de modo particular. Isto equivale a dizer que o mundo presente interpela igualmente nosso **agir** como religiosos.

Três pistas deveriam chamar a nossa atenção.

O significado teórico e prático desta solicitação supõe, na verdade, uma reflexão cristológica e eclesiológica. Sabemos que, a partir do Vaticano II e de sua **abertura para o mundo**, os biblistas e os teólogos relêem o Evangelho sob perspectivas novas. Nesta releitura, eles descobrem alguns aspectos da face de Cristo que, até então, haviam ficado na sombra (por exemplo, “o homem para os outros”). A tentação pode estar em querer atribuir prioridade indevida a alguns desses novos aspectos e de esvaziar a relação fundamental de Jesus com seu Pai. Esta releitura do Evangelho não deixa de ter conseqüências para uma vida religiosa que deve, em seu apostolado como em sua vida, referir-se mais ao mundo (12). Diga-se o mesmo a respeito do ponto de vista eclesiológico. Para a vida religiosa como para tantos outros problemas, ainda não aproveitamos toda a luz que a **Lumen gentium** traz para problemas bem específicos com que nos defrontamos: no seio do povo de

Deus; dentro do mistério e da missão da Igreja, que é que caracteriza teologicamente os religiosos padres no seu agir em favor da promoção humana integral? Que é que os distingue dos leigos, dos religiosos não-padres, e até mesmo dos Institutos seculares?

Outra pista de reflexão. Uma vez estabelecido o que é a vida religiosa em todos os seus elementos, não existirá, porventura, no mundo de hoje alguns engajamentos apostólicos que melhor se adaptem a ela? Ser diretora de escola, professora de jardim de infância, enfermeira, etc., ontem convinha perfeitamente a uma religiosa; ser diretor de escola, professor, animador de jovens eram tarefas de um religioso; mas tudo isto decorria da situação do mundo de então, das possibilidades da Igreja e do caráter dos religiosos e religiosas daquele tempo. Sem chegar ao ponto de declarar em desuso o que sempre tem valor, não seria o caso de questionar-nos sobre a incidência de novas "conveniências", partindo das necessidades e possibilidades da Igreja presente, do mundo tal como se acha e dos religiosos tais como estão neste fim de século? Poderíamos retomar aqui o que escrevemos anteriormente sobre o "nosso ser" de religioso em face do mundo de hoje, e perguntar-nos onde e como os valores evangélicos que vivemos e que suscitam o que podemos chamar de uma antropologia

diferente da antropologia "mundana" de hoje — a respeito do homem, das relações interpessoais, do ser superior ao ter e ao poder, etc. — podem ser vividas e testemunhadas de maneira mais sensível para os homens de nossa época. Estas novas sensibilidades e estas novas necessidades deveriam fazer-nos descobrir novos lugares apostólicos. Pensemos nos drogados, nos ex-prisioneiros, nos deficientes, nos "marginalizados" de todos os tipos. E isto sem falar de muitos outros lugares ou espaços.

Nesta escolha e nestes engajamentos — terceira pista — devemos levar em conta vários critérios: o carisma do Instituto, as possibilidades naturais de cada um, as necessidades da Igreja local e as da Igreja universal.

Este esforço de renovação e de atualização, principalmente na dinâmica das intuições do fundador, como o deseja o Concílio Vaticano II, não é um "empreendimento arqueológico". O retorno às fontes torna-nos presentes ao nosso tempo. Os carismas de outrora, na medida em que foram carismas autênticos, reencontram todo o seu vigor para corresponder às novas necessidades de uma época quando existe, por parte dos indivíduos e das comunidades, uma real disponibilidade ao Espírito (13).

II. ENGAJAMENTOS DOS RELIGIOSOS EM FAVOR DA PROMOÇÃO HUMANA

No entanto, muito mais do que as considerações abstratas, são os problemas práticos que devem me-

recer nossa atenção, provocar nossa reflexão e conduzir a engajamentos efetivos.

Obras e atividades apostólicas tradicionais

Uma nova mentalidade, consciente dos laços que existem entre evangelização e promoção humana, deve favorecer um exame de nossas atividades e estimular a invenção. Como o diz Paulo VI na **Evangelii nuntiandi**: “É impossível aceitar que a obra da evangelização possa ou deva negligenciar as questões extremamente graves levantadas hoje em dia, referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento e à paz no mundo. Se tal acontecesse seria ignorar a doutrina do Evangelho sobre o amor ao próximo que sofre ou passa necessidade” (14).

Este apelo vale primeiramente para as obras e atividades chamadas tradicionais. Pois a evangelização que elas visam, de uma maneira ou de outra, deve, mais do que no passado, incluir as exigências do desenvolvimento dos homens a quem nos dirigimos.

Em primeiro lugar, uma revitalização e uma reatualização dessas obras (hospitais, centros sociais, escolas, etc.) impõem-se em face deste novo enfoque. Deve-se ministrar um ensino correspondente às situações e às exigências atuais. Que dizemos a propósito aos alunos de nossas escolas? Para as obras hospitalares, deve-se insistir no contato real dos religiosos ou religiosas com os doentes, com prioridade talvez sobre os trabalhos administrativos ou que requerem competência. Qual o doente que não fica impressionado com o fato de ter ele muito mais contato com as “serventes e aten-

dentos” do que com as religiosas encarregadas da administração... ou da picada diária das injeções?

Continuar não basta. É preciso inventar, criar novas formas de presença, tomar iniciativas, e isto em nome do “sentido da pessoa” inerente à própria experiência religiosa, numa imitação criadora dos fundadores de Institutos. Justamente porque eles conheciam o mundo em que viviam e sabiam onde se encontravam os pobres, os pequeninos, os marginais, foi que descobriram novos caminhos. Agora que se fala tanto de criatividade, seríamos nós, por acaso, cegos e apáticos num momento em que se trata de criar obras novas do tipo que costumam chamar de tradicional?

Para os verdadeiros inventores “nunca se disse coisa alguma, e eles estão sempre bem à frente dos continuadores e dos medrosos”.

Intervenções públicas a favor dos grandes valores do homem

João XXIII e Paulo VI insistiram muitas vezes sobre os valores fundamentais, que são a justiça, a paz, a liberdade e a verdade. As intervenções públicas a favor delas multiplicam-se. Manifestações de rua, pelo rádio, pela imprensa, pela televisão tomaram o lugar do clamor público de outrora. Os regimes autoritários dão outro sentido a estas intervenções e levantam problemas delicados para a Igreja em geral e, em particular, para os religiosos, que cada vez com maior frequência se encontram nas vanguardas.

Deparamos com duas mentalidades, que são também duas famílias de espírito. Há os bispos, os padres, os religiosos e os leigos a quem sempre parece preferível “tentar uma composição” com aqueles que são a causa da injustiça. E existem os que acham que é preciso opor-se, protestar, manifestar-se. . .

Em que condições podem um religioso — padre ou não — ou uma religiosa participar de tais intervenções, ou ser os instigadores das mesmas? Sem dúvida alguma, um cristão nunca será solidário em demasia com os desfavorecidos. Entretanto, mesmo quando ele age a título puramente pessoal, compromete de uma maneira ou de outra a sua comunidade, o seu Instituto, a própria Igreja. Diante disto, tem ele o direito de tomar esta ou aquela iniciativa sem falar no assunto com os membros de sua comunidade, sem se abrir a respeito com seus superiores? Excetuados casos muito raros: não. Mas não será ele tentado a julgar que suas intervenções sempre se referem a casos excepcionais? De qualquer modo, muitas vezes não é fácil encontrar o caminho certo entre intervenções intempestivas e uma discrição excessiva, pois, sob pretexto de querer salvaguardar a todo custo a unidade dentro da Igreja, corre-se o risco de cair numa neutralidade que contraria a verdade e as exigências do Evangelho.

Seja como for, devem ser propostas perguntas: a causa que defendo, meu testemunho e o da comunidade, a credibilidade da Igreja lucram com a minha intervenção? Será que vou fortalecer ou, ao invés, perturbar os cristãos — e os não-cris-

tãos — com quem me ocupo? Será que eu situo o problema numa perspectiva bastante ampla, sem sectarismo ou partidarismo? Enfim, não haveria outra coisa a fazer, menos gloriosa e menos espetacular talvez, porém mais eficiente e que demonstre maior fidelidade à missão da Igreja, razão de ser de todo o meu comportamento? São estas perguntas — e muitas outras — que precisamos ter em mente.

Engajamento político no mundo do trabalho

Este fenômeno aumenta em proporções — a pesquisa da S.C.R.I.S. demonstra-o —, particularmente entre as religiosas. E, onde existem padres-operários, assume ele dimensões maiores entre os religiosos do que entre os seculares.

As razões desses engajamentos são conhecidas: presença no mundo do trabalho, proximidade dos pobres, etc. Conhecemos também as condições requeridas para esse gênero de presença: testemunho do Evangelho, fidelidade às exigências da vida religiosa, e, no que diz respeito aos padres-operários, conformidade às diretrizes relativas ao problema.

Não nos esqueçamos aqui de distinguir a inserção no mundo do trabalho através de uma profissão no sentido geral do termo, da inserção neste ou naquele ambiente fortemente impregnado de marxismo, com as dificuldades particulares que isto comporta.

A pertença a um sindicato, muitas vezes ligado ao trabalho profissional, suscita problemas diferentes,

conforme cada caso. Querer dar “diretrizes válidas para todos os lugares” é utópico, já que são tão diferentes as situações. Compete, pois, às Conferências nacionais dos bispos e dos religiosos determinar, de forma mais imediata, as condições de pertença. Nos trabalhos preliminares da Congregação, encontramos um estudo muito interessante sobre este assunto para o caso da França.

Quando se trata de um sindicato de caráter nitidamente político, pertencer a ele pode implicar mera adesão a um partido político. Neste caso, é preciso aplicar os critérios apropriados ao compromisso puramente político.

Presença dos religiosos

No seu documento sobre **O sacerdócio ministerial**, o Sínodo de 1971 dá indicações sempre atuais sobre este ponto particular (75). Poderíamos mencionar aqui uma conferência de Jean Monnet, o primeiro inspirador e organizador do Mercado Comum Europeu. Em suas **Memórias** (16) ele alega as razões por que preferiu, depois da última guerra mundial, continuar como “perito-conselheiro” de chefes de empresas, de economistas e de homens políticos, em vez de se tornar um político comprometido com um partido. Os motivos que ele apresenta coincidem espantosamente com os do documento sinodal.

Não será, porventura, como “perito-conselheiro em Evangelho” que o religioso, tal como o padre, poderá ter uma influência mais profunda e mais decisiva do que engajando-se num partido que limita suas

perspectivas, que lhe tira uma certa liberdade de reflexão, que o separa dos outros e o impede de ser um fator de intercâmbios e de reuniões?

Isto significa que, salvo em caso excepcional de suplência e com as autorizações requeridas, o religioso se absterá de alistar-se num partido político.

Como todos os cidadãos, os religiosos conservam naturalmente o direito de ter suas próprias opções políticas. Não devem, entretanto, apresentá-las de forma tal que os cristãos pensem que as deles sejam as únicas opções legítimas. Isto poderia vir a causar cisão entre os fiéis.

Embora não tendo de optar pela militância política, os religiosos devem lembrar-se de que podem — e até devem, pelo menos em alguns casos — trabalhar, ainda que de forma diferente, para a promoção dos valores políticos: despertar a consciência dos cristãos, ensinar, dar testemunho, etc.

Relações entre bispos e religiosos

Como todo apostolado, o engajamento dos religiosos para a promoção e a justiça não pode ser feito sem o entendimento com os bispos.

O documento sobre as “relações entre bispos e religiosos”, redigido conjuntamente pelas duas Congregações interessadas e aprovado pelo Papa Paulo VI, é plenamente válido neste setor. Publicado durante o verão europeu de 1978 (17), esse texto sem dúvida ainda não encontrou a audiência que merece. Sua

perspectiva espiritual e eclesial, a importância que ele atribui ao diálogo e à comunhão na Igreja, a atenção dispensada aos carismas próprios dos Institutos religiosos, o que ele diz — de muito positivo — sobre o lugar reservado às mulheres e aos religiosos na Igreja, todos estes pontos são elementos que interessam ao nosso tema.

No que se refere mais diretamente à promoção humana e aos problemas da justiça, será oportuno também recordar o que escreveu o Papa Paulo VI na **Octogesima adveniens**: “Cabe a essas comunidades cristãs discernir, com a ajuda do Espírito Santo, em **comunhão com os bispos**, em diálogo com os outros homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém assumir para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se mostram necessárias e, em muitos casos, até urgentes” (18). Na reunião da Congregação, insistiu-se nesta “comunhão com os bispos responsáveis”, salientando-se ser o bispo quem preside a comunidade eclesial e que é dele que depende, em última instância, a decisão.

Reafirmar, porém, este princípio fundamental cada vez que se aborda o ministério pastoral na Igreja não é prejudicar a maneira como as coisas podem passar-se. Alguém observou, a propósito, que, uma vez salvaguardado tal princípio, as coisas podem desenrolar-se mais ou menos como acontece numa família. A decisão vem do pai ou da mãe? Não é ela o fruto de um acordo harmonioso em que cada um exprime seu ponto de vista e que termina uma decisão comum? Acrescen-

temos que, neste campo, o bispo não dita “a cada passo” o que é preciso fazer ou deixar de fazer. Até certo ponto, os religiosos podem é “presumir” alguma coisa pelo fato de conhecerem o pensamento e os desejos dele. Às vezes até acontece que o bispo não se aborrece com uma intervenção que ele não poderia ter permitido explicitamente, mas que trará conseqüências positivas para a Igreja, não é verdade?

Isto mostra, e na prática já se insiste bastante neste ponto, a importância de relações permanentes e confiantes entre bispos e superiores religiosos. Sabemos como o decreto conciliar sobre o cargo pastoral dos bispos, **Christus Dominus** (19), lembra a coordenação necessária de todas as obras e atividades apostólicas pelos pastores, e a necessária colocação em comum de seus projetos por parte dos bispos e dos superiores dos religiosos para o apostolado exercido por estes últimos.

Responsabilidades dos superiores religiosos

É difícil a uma instância eclesial universal reunir situações concretas e propor orientações atuantes. Isto pode apresentar-se problemático em plano mundial, e até arriscado, quando se levam em conta as situações locais. O Sínodo de 1971, em seu documento sobre a justiça, teve a intenção de proceder assim, mas finalmente chegou a uma solução intermediária, recomendando às Conferências episcopais que prosseguissem, em seus países, o resto do caminho (20).

Na sessão da U.S.G. acima mencionada, várias intervenções e trocas de idéias trouxeram à baila, a propósito, o papel dos governos centrais dos Institutos religiosos (21). Com as variações e as adaptações próprias de cada Instituto, tratar-se-á sobretudo, por parte do governo central, de um trabalho de animação e de inspiração, bem como de um esforço de comunicação de idéias e de experiências novas.

Em graus diversos, todo superior deve sensibilizar seus religiosos diante de questões que surgem no país, na região ou no bairro onde eles trabalham, insistir para que eles se impregnem das grandes orientações da Igreja e também do Instituto (92) a tal respeito. Esta sensibilização é bem mais necessária do que se pensa, pois que ainda existem inúmeros religiosos (a "massa amorfa", como se diz) que — por medo do que é novo ou simplesmente por pânico de **fazer política**, segundo afirmam — pretendem ficar neutros.

A instauração de coordenadores de "Justiça e Paz", no centro do Instituto como nas grandes áreas geográficas em que eles trabalham, é profundamente desejável. Encarregados de promover e de informar, eles deveriam trabalhar com os superiores na redescoberta e na reatualização do carisma do Instituto.

No domínio da formação inicial e permanente, é preciso salientar o interesse do método seguido por João XXIII em sua Encíclica **Pacem in terris**: método indutivo e comparativo que os documentos ulteriores da Igreja utilizarão também para tratar desses assuntos. O cardeal

Roy enfatizou bastante, na carta que enviou ao Santo Padre por ocasião do aniversário desse documento, a fecundidade de um tal processo (23).

Embora a análise cristã, em função do pecado e da graça, da criação e da redenção, etc. não pretenda substituir outros tipos de análise, a estes acrescenta uma nova dimensão e, de certa maneira, supera-os em profundidade e em extensão (24). A percepção dos "sinais dos tempos" requer uma **interpretação** conseqüente. Com esta finalidade, as ciências sociais devem ser levadas em conta para esta interpretação, mas também — e sobretudo — a fé, que, longe de intervir como uma "simples" motivação geral para esta busca, deve impregná-la em todo o seu conteúdo.

Um dos aspectos que não podem ser negligenciados na formação permanente refere-se aos superiores locais a quem compete, de modo particular, formar a comunidade que dirigem a fim de torná-la apta a um diálogo crítico sobre todas essas questões. A missão da Igreja em favor da promoção humana propõe muitas vezes aos religiosos um problema de **escolha apostólica**. Problema muito mais difícil de ser resolvido justamente porque este novo tipo de apostolado vem acrescentar-se a todos aqueles que são mantidos cada vez com maior dificuldade por causa da escassez de vocações. Trata-se de um problema de escala de urgências apostólicas no mundo e na Igreja. Se ele não atinge apenas os religiosos, mas todo o povo de Deus com seus bispos, nem por isso é menos verdadeiro que os religiosos são cha-

mados a uma maior disponibilidade e, em alguns casos, a uma conversão bastante radical em seus métodos e em suas escolhas apostólicas.

III. CONCLUSÃO GERAL

Cada período da história do mundo e da Igreja representa para os homens uma ocasião de tomarem consciência de suas responsabilidades diante dos grandes problemas que enfrentam.

No momento atual, a relativa tranqüilidade de certos países e o nível de vida de seus habitantes não devem dissimular a gravidade das questões que se apresentam à humanidade no campo da justiça e do desenvolvimento. Como poderia a Igreja ficar silenciosa diante de países ou de setores da sociedade onde os direitos do homem são desconhecidos, a injustiça implantada como sistema, e a promoção integral do

homem reservada a uma elite? Como as ordens e Institutos religiosos, que foram suscitados pelo Espírito Santo como instâncias proféticas do Evangelho, poderiam deixar de solidarizar-se totalmente com a busca efetiva da promoção humana?

Não se trata de um **slogan** ou de uma moda passageira, mas de um apelo profundo do Espírito. A resposta a este pedido do Deus de Jesus Cristo, que fez aliança com a humanidade, determina a qualidade da nossa vida religiosa tanto no seu ser como no seu agir. Se os religiosos quiserem ser solidários com o Cristo no seu mistério de glorificação, deverão sê-lo também no seu mistério da encarnação e da paixão redentora. O Evangelho de Mateus (25, 31-46) concita-nos todos a vivermos nossa esperança e a encarná-la melhor na trágica realidade dos que sofrem e dos que aspiram a se tornarem mais plenamente homens.

NOTAS

(1) As reflexões que se seguem retomam, no essencial, intervenções pessoais feitas tanto na S. Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares (S.C.R.I.S.), de 25 a 28 de abril de 1978, quanto no encontro semestral dos Superiores Gerais (U.S.G.), de 24 a 27 de maio de 1978 em Grottaferrata. O tema de estudo da Congregação era "o papel específico dos institutos religiosos na perspectiva da missão da Igreja para a promoção humana integral do homem, com referência particular ao engajamento sócio-político". Esta reunião foi preparada, com grande cuidado, por um inquérito feito no mundo inteiro e pela colaboração de peritos. Uma parte de seus trabalhos será certamente publicada em fascículo da S.C.R.I.S. As

intervenções feitas na sessão da U.S.G., assim como os relatórios do trabalho em grupo foram transcritos numa publicação mimeografada: **o engajamento dos religiosos na promoção humana**, Villa Cavalletti, 24-27 de maio de 1978, Roma, U.S.G. 1978, 104 páginas. Ver também a declaração feita à imprensa ao término deste encontro (*Vie consacrée*, 1979, p. 12-13). (2) Paulo VI, Carta encíclica **Populorum Progressio** (26 de março de 1967), n. 16. (3) Nos documentos da Sé Apostólica, esta expressão surge pela primeira vez, ao que parece, na carta do cardeal Roy a Paulo VI, a 7 de abril de 1973: "Reflexões de Sua Emcia. o Cardeal Roy por ocasião do X aniversário da Encíclica **Pacem in terris** do Papa João XXIII", in *La Documentation catholique*, 6 de maio de 1973, p. 411. A expressão é recente e forjada

sobre o modelo de "sócio-econômico" **Gaudium et spes**, n. 63-72 ou do termo francês "socio-culturel", traduzido em latim, na **Octogesima adveniens**, por meio de uma perífrase (**Paulo VI**, Carta apostólica **Octogesima adveniens**, n. 4: AAS 63, 1971 p. 404. (4) A análise de Irmã Mary Linscott, então Superiora Geral das Irmãs de Nossa Senhora de Namur incluía numerosos aspectos sugestivos para a nossa reflexão. É assim que implícita na vocação de muitas religiosas quer nos próprios carismas da fundação quer na reativação atual dos mesmos esta dimensão sócio-política se explicita melhor hoje. Alguns capítulos gerais incentivaram uma responsabilidade positiva neste setor. Percebem-se melhor também as relações entre a consagração religiosa e a universalidade a que o Evangelho nos chama levando-nos a rejeitar todas as formas de discriminação. Parece que o engajamento sócio-político das Irmãs traz "algo" à Igreja e desta espera "algo" também. (5) **Cl. Geffré**, "O futuro da vida religiosa no momento da secularização" **Concilium**, nº 49 (1969), p. 75, e, mais adiante, à p. 76, esta frase reveladora: "Há, na perfeição da vida evangélica realizada nesta ou naquela forma de vida religiosa, uma visibilidade e mesmo uma sacramentalização do **homo christianus** de que o mundo, que vive à procura de um suplemento de alma, tem necessidade — certamente contanto que este testemunho da vida religiosa responda à situação histórica da Igreja, isto é, que não se apresente como uma sobrevivência do passado." (6) Citado em **Cl. Geffré**, artigo mencionado, p. 77. (7) **P. Arrupe**, "O religioso, testemunha da austeridade no mundo de hoje", conferência feita no III encontro interamericano dos religiosos (20-27 de novembro de 1977), reproduzida em **Vie consacrée**, 1978, 69-80; sobre a expressão "o consumidor" ("le consommateur"), ver p. 74. Encontrar-se-ão também outros textos do mesmo autor na brochura **Promouvoir la justice**, "Supplément à Vie Chrétienne" nº 200, Paris, 1977. Numa perspectiva ecumênica, salientamos o livro de **John Taylor**, bispo anglicano de Winchester, **Enough is Enough** (tradução francesa: **Évangile et croissance. Trop,**

c'est trop, Coll. Essais, Paris, Cerf, 1975, bem como o de **J. Moltmann**, **L'homme. Essai d'anthropologie chrétienne**, Paris, Cerf/Mame, 1974, sobretudo: "2. L'humanisme dans la société industrielle", p. 33-57. (8) Citado em **A. Béguin**, **Bernanos par lui-même**, Coll. Écrivains de toujours, Paris, Seuil, 1954, p. 188. (9) **Livro das Constituições e Diretrizes dos Irmãos da Ordem dos Pregadores (L.C.D.)**, 1968, nº 300. § 2. (10) **Perfectae Caritatis**, n. 5, in fine: "Eis por que é preciso que os membros de todo Instituto, procurando antes de tudo a Deus só, unam a contemplação, pela qual aderem a ele de coração e de espírito, ao amor apostólico que se esforça por se associar à obra da redenção e por difundir o reino de Deus." (11) **Paulo VI**, **A renovação da vida religiosa (Evangelica testificatio)**. (12) Devemos admitir que as diferentes cristologias desses últimos anos provocaram e ainda provocam um impacto sobre a nossa prática da vida religiosa. Tomemos apenas um exemplo. A expressão **sequela Christi**, reconduzida ao seu lugar de honra pelo Concílio, não tem sido compreendida dentro de uma perspectiva demasiado individualista, quando às mais sérias pesquisas atuais sobre a dimensão, não só religiosa mas também sócio-política, da morte de Cristo nos convidariam a uma percepção renovada das implicações contidas na expressão "seguir o Cristo" (13) Sobre este ponto particular, em um número inteiro consagrado aos Agrupamentos de vida evangélica, ver as duas páginas mais belas do **P.M.-D. Chenu**, "Des dons de Dieu pour son peuple: les charismes", **Fêtes et Saisons**, nº 329, novembro de 1978, p. 18-19. (14) **Paulo VI**, **Anunciar o Evangelho aos homens de nosso tempo (Evangelii nuntiandi)**, nº 31. (15) II parte, I, § 2: "Atividades profanas e políticas", **O sacerdócio ministerial. A justiça no mundo** (Sínodo dos bispos de 1971). (16) **Mémoires**, Fayard, Paris, 1976, p. 272-274. (17) "Diretrizes para o relacionamento entre os bispos e os religiosos na Igreja" ("Directives pour les rapports entre les évêques et les religieux dans l'Église", **La Documentation catholique**, 3-17 de setembro de 1978, p. 774-790. (18) **Paulo VI**,

Carta **Octogesima adveniens**, n. 4 (A.A.S. 63, 1971, p. 403). (19) O n.º 35: "Princípios do apostolado dos religiosos nas dioceses". (20) P. Liégé, "Présentation", em **Le sacerdoce ministériel. La justice dans le monde**, citado à nota 15, p. 11. (21) P. Ivern, "Rôle et responsabilité d'un gouvernement créatif et fécond", em **L'engagement des religieux pour la promotion humaine** (citado na nota 1), p. 63-66; S. Tutas, "Rôle et responsabilité d'un gouvernement central", **ibid.**, p. 67-69; "Échanges", **ibid.**, p. 70-72. (23) A título de informação sobre as orientações dos Institutos, citemos três exemplos. Um parágrafo das Constituições de uma Congregação americana assim se exprime: "As irmãs, em nome de sua própria consagração religiosa, considerarão não somente um direito, mas também um dever, o participar como cidadãs conscientes e livres da defesa dos mais pobres, particularmente dos negros e estrangeiros". Transcrito no artigo de H. Legrand, "La vie religieuse aujourd'hui. Cinq propositions pour cerner ses

chances d'avenir", **Vocation**, Paris, janeiro de 1975, p. 7. Fazendo eco à evocação do carisma da Companhia que Paulo VI recordava em sua alocução aos membros da XXXII Congregação Geral dos Jesuítas (3 de dezembro de 1974; **La Documentation Catholique**, 5 de janeiro de 1975, p. 12-13), esta mesma Congregação promulgou entre seus trabalhos um decreto sob um título bem característico: "Nossa missão hoje. O serviço da fé e a promoção da justiça." Nas Atas do Capítulo Geral dos Frades Pregadores em Quezon City (Filipinas), em dezembro de 1977, diz-se no n.º 19, "Missão dos Pregadores e justiça no mundo": "Fiéis ao carisma que a Igreja a nós atribui, devemos estar atentos a fim de pregarmos o Evangelho em todas as suas dimensões, particularmente no que se refere às implicações que atingem o terreno da justiça no seio da comunidade humana (L.C.D., n.º 132, § 1)" (**Acta Cap. Gen. O.P.**, 1977, n.º 19, § 4). (23) A referência apresentada à nota 3. (24) P. Ivern, art. citado (nota 21), p. 64.

EVANGELIZAÇÃO E FAMÍLIA NO ATUAL CONTEXTO DE NOSSA VIDA SOCIAL

*“Deus, no seu mistério mais íntimo,
não é solidão, mas uma família, dado que tem
em Si mesmo paternidade, filiação
e a essência da família que é o Amor. Esta
amor, na família divina, é o Espírito
Santo. O tema da família, pois,
não é alheio ao tema do Espírito Santo”.*

D. João Evangelista Enout, OSB

Rio de Janeiro, RJ

O simples enunciado do título que nos foi proposto para este artigo, nos leva necessariamente a Puebla, isto é, à III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. É fácil entender porque a reunião de Puebla tinha um tema: Evangelização, o mesmo de nosso título; no presente e no futuro da América Latina o que equivale: no atual contexto de nossa sociedade

Considere-se que isso é o grande quadro dentro do qual se focalizará: Família. O que o fez também o documento de Puebla quando se refere aos grupos estruturais de evangelização: a Família, as Comunidades eclesiais de base, a Paróquia, a Igreja particular, etc. Se isso nos leva a Puebla, Puebla ainda não chegou

plenamente até nós, ao menos em tempo a permitir um estudo mais tranqüilo e assentado de seu documento o que nos levaria muito longe, a algo, portanto, impossível de realizar-se no momento. Temos, porém, o clima de Puebla. Temos a palavra do Papa João Paulo II — a grande força dinamizadora de Puebla — que, por sua vez, se refere a um documento básico: a Exortação Apostólica “*Evangelii Nuntian-di*” de Paulo VI e por fim aos próprios textos básicos do Concílio Vaticano II.

Não nos compete mergulhar no estudo desses textos, mas eles certamente nos servirão de guias e nos oferecerão pistas para um confronto com o que cada um observa e

sobre o que dolorosa ou otimisticamente reflete da situação da **família** em situações tão diversificadas de nossa sociedade que vem sentindo, desde algum tempo, — em consonância com o mundo dentro do qual se insere — um acentuado apelo para o caos.

1. O Vaticano II nos fala principalmente de Família em meio à Constituição Pastoral "Gaudium et Spes" no início da II Parte cujo Capítulo I se intitula: "A Promoção da Dignidade do Matrimônio e da Família" (nn. 47-52).

O Capítulo se inicia de forma impressionante. Trata-se nada menos do seguinte: "A **salvação da pessoa** e da sociedade humana e cristã." Esta salvação ou saúde da pessoa e da sociedade "está intimamente vinculada à feliz condição ("fausta condicione") da comunidade conjugal e familiar" (47).

As duas coisas; casamento e família, são tratadas quase como constituindo uma mesma realidade: os males que ameaçam uma e outra são os mesmos, bem assim como o que lhes traz benefícios. No entanto, as duas realidades, casamento e família, são coisas bem distintas(1) e a G. S. se estende, logo em seguida, sobre o matrimônio. Este tema, desde a década de 20, vem sendo estudado com intensidade crescente (2), não só por causa do encanto que o tema do Amor humano desperta, como pela descoberta de tantos aspectos recentemente mais focalizados da sexologia, da psicologia, como também, em nível mais alto, da amplidão espiritual e do valor religioso e sobrenatural do Amor con-

sagrado por Deus, desde o encontro primeiro entre um homem e uma mulher na manhã da Criação, e mais, quando elevado por Cristo à dignidade sacramental, tão dignamente vivido, apesar de tudo, na longa história do Povo de Deus.

Temas matrimoniais são amplamente desenvolvidos nos números seguintes da G. S. já suficientemente conhecidos como Amor Conjugal, Fecundidade, Respeito à Vida, que tocam, é certo, a Vida familiar. Sobre essa, mais especialmente se estende o n^o 52. A simples citação de alguns assuntos já conduz o pensamento do leitor para mil situações concretas e para problemas que se podem tocar, aqui e ali, com o dedo. "A família, escola de mais fecunda humanidade". Os cônjuges educam e se educam. Como? Quando? Quando não? Pais e filhos numa "benévola comunicação de espírito", num bem-querer que não é usar, usufruir, mas servir o outro no serviço a alguma coisa de bom, que está mais alto e que é de todos: o próprio Bem. Daí se segue a necessidade da presença do pai, em casa, em momentos que se prolongam e que sabem a vivência. A presença da mulher em casa sem prejuízo de suas exigências pessoais de realização humana mais plena. O respeito às vocações individuais, às exigências de afirmação pessoal legítima na escolha da profissão futura, inclusive e principalmente na resposta a uma vocação espiritual e religiosa, como também no respeito e cultivo dos dotes naturais e pendores, como também na preparação paulatina e tranqüila para a escolha que começarão a fazer os

filhos no sentido de constituir uma sua futura família. O direito dos pais e o dever que têm de procriar, dentro de uma família responsabilmente planejada, com a generosidade e inteligência suficientes para reconhecer e saber obedecer às autênticas escalas de valores, de forma a não se tornar a família um foco de egoísmo onde, os pouquíssimos comensais apoderam-se avidamente do que lhes chega às mãos e repelem a presença da vida, e odeiam mesmo o valor humano do outro, pelo que esse lhes possa significar de partilha do dom paterno. O direito dos pais à educação dos filhos; educação pela escolha do melhor, pela transmissão dos bens recebidos de gerações passadas, pela palavra que orienta, pelos exemplos que confirmam, exigência essa, que, por sua vez, significa educação constante dos próprios pais e dos irmãos mais velhos. A vida cristã engajada da família, unida a outras famílias, formando, como célula de igreja doméstica, a igreja particular, célula da Igreja única, Corpo do Cristo. Os temas, um tanto abreviados e já reduzidos à forma de situação vivida, que apenas enumeramos, recebem como conclusão uma exortação à santidade: “os próprios esposos criados à imagem de Deus e constituídos numa verdadeira relação de pessoas, estejam unidos por um igual afeto, por uma identidade de pensamento e por mútua santidade, de tal forma que, seguindo a Cristo, princípio de vida, se tornem, nas alegrias e nos sacrifícios de sua vocação, por seu fiel amor, testemunhas daquele mistério de dileção que o Senhor revelou ao mundo por sua morte e ressurreição (nº 52).

Esse texto de enorme riqueza e de particular beleza de formulação que encerra o Cap. I da segunda parte da G.S. sintetiza uma concepção cristã, isto é personalista do amor matrimonial, e de tal forma personalista que as pessoas que se amam se dão e se interligam como que vinculadas por um bem comum, mais alto, que as atrai e que constitui o ideal comum escolhido por uma e outra de um modo absoluto. “Quando uma pessoa quer para a outra o bem infinito, quer para ela Deus, plenitude objetiva do bem e único Bem a saciar totalmente o ser humano (3).

Esse Bem é indicado explicitamente em nosso texto: Jesus Cristo, princípio da vida. É de tudo isso que os esposos são convidados a ser “testes”, a dar testemunho, o que é caracteristicamente um ato de Evangelização ativa, como o consideraria mais tarde a “*Evangelii Nuntiandi*” de Paulo VI.

2. Os documentos do Concílio Vaticano II — um deles acabamos de citá-lo — e o próprio espírito do Concílio desencadearam um movimento de evangelização em vários domínios, sendo que no campo “Família” o efervescente crescente de problemas, em nossos dias, mal permite perceber que ela, a Família é um tema de Evangelização. Com uma diferenciação local de problemática: na Europa, na América do Norte, na América Latina, etc., conforme graus diferentes de evolução ou, talvez melhor, de esforço pela sobrevivência em meio ao esvaziamento secularizante e à corrupção crescente de áreas diversas, é difícil identificar o alcance da ação do Evan-

gelho e da Igreja, mesmo porque a ninguém é permitido perscrutar as consciências. Tem-se a impressão de uma global epidemia com diferenciados índices de incidência e de gravidade, sobre a qual a ação profilática ou terapêutica permanece abafada e praticamente não se faz sentir.

No campo Família, como em outros, a **Evangelização**, preocupação visceral da Igreja do Cristo, se realiza de um modo objetivo e de um modo subjetivo. Explica-se. Ora a família é objeto de Evangelização, é destinatária da Evangelização, ora a família é sujeito de Evangelização, é realizadora, é agente evangelizador. Para o primeiro caso usa-se a expressão: Pastoral Familiar, ação pastoral **em favor da família**, que comporta um aspecto defensivo, defesa da família e um aspecto positivo, **promoção da família em si**, ou em vista da própria Evangelização. Vê-se, assim, que a Pastoral Familiar levará a família a tornar-se agente de Evangelização que é o segundo caso a que nos referimos: a Família como evangelizadora. É nesse sentido, entre os "Realizadores da Evangelização" que a Família merece uma menção no capítulo VI da "Evangelii Nuntiandi" (4).

Depois de enumerar: Papa, Bispos e Sacerdotes, Leigos e antes de falar de Jovens e Ministérios diversificados, a E. N. abre um parágrafo para Família. Põe imediatamente em destaque a "ação evangelizadora da família" e recorda a denominação que ela mereceu de dois documentos do Vaticano II: "Igreja doméstica" (5) e explica: "Isso quer dizer que, em cada família cristã de-

veriam encontrar-se os diversos aspectos da Igreja inteira". A família, como a Igreja, tem por dever ser um **espaço** onde o Evangelho é transmitido e donde o Evangelho irradia. Note-se que essa dupla função se realiza dentro do seio mesmo da família, dentro da própria ação evangelizadora, independentemente da ação de pastoral familiar a que nos referimos e que vem de fora. Nessa evangelização intrafamiliar se consubstancia uma ação de vitalidade íntima da chamada "igreja doméstica". Os membros da mesma família se evangelizam mutuamente. Sem prejuízo de uma ação humana formadora em nível cultural e mesmo religioso dos mais velhos, com as palavras e exemplos de maturidade, experiência e bom senso que dão ou deveriam dar, o dom do Espírito é livre de suscitar carismas evangelizadores em palavras e atitudes dos filhos relativamente aos pais e aos mais velhos. A garra da coragem espiritual dos filhos pode ser uma lição de Evangelho para os pais, como a "prudência carnal" dos mais velhos, tédios e temerosos, a falsa prudência dos cansados e dobrados pela vida pode e deve receber uma resposta de coragem e de caridade evangelizadora por parte dos mais moços. Desta evangelização recíproca e de trocas vitais dentro de uma família que está minada por focos de desmoroamento e de indisfarçável corrupção em níveis diversos, vai depender sua restauração interior no Espírito e sua ação evangelizadora junto às outras famílias e no meio ambiente tão variado em que ela se insere, recebendo e irradiando influxos. Refere-se por fim este nú-

mero 71 que estamos examinando à evangelização da **unidade**, pela qual se deve trabalhar dentro das famílias constituídas por casamentos mistos. Eis, em síntese, os grandes pontos da E. N. sobre o tema Família. A este documento se referiu muito de perto a Conferência de Puebla sobre Evangelização.

3. Ao referir-nos a Puebla, já explicamos inicialmente que nos limitaremos aos pontos tocados pela palavra do Papa. É o que está mais a nosso alcance no momento.

A palavra do Papa em Puebla sobre a Família poderá ser colhida em dois de seus pronunciamentos (6). O grande discurso na sessão solene de abertura da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, a 28 de janeiro, tem um amplo conteúdo doutrinal e pastoral geral, mas uma referência sucinta à Família, colocada, ao final do discurso, sob o título "Algumas tarefas **prioritárias**". A Família é a primeira dessas prioridades, seguida de Vocações Sacerdotais e Religiosas e de Juventude. Que se diz sobre a prioridade da Família? Realmente algo de muito amplo em fórmula extremamente concentrada.

Exigência absoluta de uma Pastoral familiar — entende-se no sentido que já explicamos acima — isso porque a própria **evangelização** dependerá, no futuro, com certeza, em grande parte da "Igreja doméstica", evangelizada pela pastoral familiar. Essa "Igreja doméstica" é caracterizada em três traços rapidíssimos: **É a escola do amor, do conhecimento de Deus, do respeito pela vida e pela dignidade do homem.** É difícil ser mais sucinto e mais completo. A

família é escola do amor. É união no amor de duas pessoas que se educam e crescem neste amor, união que leva à comunicação de vida e a multiplicação de pessoas que se interligam pelo Amor, por um Amor que sendo Verdadeiro abre-se necessariamente para a pessoa de Deus, reconhecido como fonte desse mesmo Amor e da própria vida, ponto, afinal, que moveu as duas pessoas iniciais a se amarem e a se unirem, informando e dando sentido maior à força natural de mil sentimentos e apelos humanos. Esse amor é cultivado na Família onde se aprenderá a conhecer mais e mais o Deus que se ama e a pessoa humana com que se convive e **a que se vive**, a própria pessoa em sua subjetividade. É claro que daí parte uma nova concepção, uma nova visão, um novo respeito, veneração e amor pela vida humana, por sua subsistência, por sua dignidade, por seu direito de nascer. Eis um autêntico caminho libertador, porque um reto e luminoso caminho de Verdade. E só a Verdade completa e total é capaz de libertar. Termina o Papa esse breve trecho da primeira prioridade, apelando para a defesa da família envolvida, entre outras, por três graves ameaças: divórcio, práticas anti-concepcionais e aborto. Palavras ou conceitos que já são pronunciados ou recebidos com a indiferença das coisas costumeiras e até com um certo aborrecimento de quem ouve óbvias repetições. Elas readquirem sua fundamental gravidade não tanto porque pronunciadas em tom sombrio ou ornadas com dramáticos e veementes adjetivos, mas simplesmente porque confrontadas com a sublimidade, a importância

vital, a Verdade salvadora e única daqueles Bens que acabamos de enunciar e que elas sutil ou grosseiramente destróem. A síntese dessa mensagem já encontrara maior desenvolvimento na Homilia proferida, no mesmo dia 28 de janeiro, durante a Missa, dirigida ao povo de Puebla que se reunia no pátio do Seminário Maior.

A Homilia de Puebla se inicia com um verdadeiro hino de louvor ao Espírito, invocando-O em sua força inspiradora e renovadora da face da terra. Daí parte o Papa para o tema Família pois "Deus, no seu mistério mais íntimo, não é solidão, mas uma família, dado que tem em Si mesmo paternidade, filiação e a essência da família que é o Amor. Este Amor, na família divina, é o Espírito Santo. O tema da família, pois, não é alheio ao tema do Espírito Santo". Com isso, já se posiciona a questão da família como sede de Amor, como sociedade onde o Espírito quer habitar, fecundar, informar.

Lembra-se Medellín (1968) onde a família é apontada como educadora na fé, formadora de pessoas, promotora de desenvolvimento. A Igreja reconhecendo o que fez e os obstáculos que se apresentaram, nesses dez anos transcorridos, reconhece ainda mais o caráter prioritário da Pastoral familiar dentro desse quadro. Aponta, em seguida, o Papa alguns problemas ameaçadores: "Ultimamente, alguns países introduziram na sua legislação o divórcio, nova ameaça à integridade familiar" (7). Crianças muitas que nascem em lares sem estabilidade alguma: as chamadas "famílias in-

completas". Dessa problemática mais ligada a um aspecto moral e mesmo religioso, passa-se a uma problemática, não menos grave, de caráter sócio-econômico: resultados negativos do desenvolvimento: "índices verdadeiramente deprimentes de insalubridade, pobreza e mesmo miséria, ignorância e analfabetismo, condições desumanas de habitação, subalimentação crônica e tantas outras realidades não menos tristes." A Igreja deverá estar atenta para oferecer a colaboração que lhe compete. Estende-se ainda o Papa sobre uma questão a que empresta enorme importância em virtude de sua missão apostólica e de sua formação personalista: aquilo que ele chama "esforço indiscriminado por reduzir a qualquer preço o índice de natalidade."

Insiste, sim, no esforço de "aumentar a comida das mesas" em vez de fazer desaparecer as bocas que comem, na imagem de Paulo VI. Fala ainda da promoção da Família e sobretudo do anúncio do Evangelho e do encaminhamento dos homens à Salvação o que evidentemente é decisivo para todas as famílias: as que podem gozar do bem-estar, mas que de forma alguma podem fechar-se em si mesmas; as oprimidas pela pobreza, mas que não podem desanimar, nem ter o luxo como ideal, devem, sim, esperar em ideais mais altos; as atingidas e angustiadas pelo sofrimento físico ou moral, doença, miséria; que não acrescentem a este sofrimento a amargura ou o desespero, mas conservem a esperança.

Em síntese, a Homilia de Puebla trouxe um grande abraço paterno do

Papa a todas as famílias, mostrando que todas elas são objeto e agente da grande Evangelização do Cristo. As famílias mesmas, através da Ação pastoral familiar devem ser colocadas em situação de famílias evangelizadoras, fazendo ressaltar todos os valores da vida familiar junto às outras famílias carentes desses valores, de uma forma ou de outra, e agindo junto aos governos e instituições para o encaminhamento das questões opostas à política sócio-familiar, movidas sempre pelo Espírito de Salvação operada pela Caridade de Deus que, difundida no meio dos homens, transbordará dos corações em ação evangelizadora e libertadora.

4. O levantamento, ainda que pouco sistemático, que fizemos, numa leitura dinâmica de documentos e expressões do pensamento da Igreja, nos fornecem não poucos elementos que ocuparão espaços numa visão panorâmica que pretendamos ter da Família frente à Evangelização em nossos dias. É fácil, neste quadro, exagerarmos os tons escuros, nebulosos e até picharmos tudo de negro, como é fácil encontrarmos só tons róseos e amenos, fechando os olhos para o resto. Há de tudo no caos. É por que o caos? Porque o desmoronar interior da família? Porque, também, o desmoronamento aqui e ali, de fachadas e de situações aparentemente estáveis, cujo estrondo nos assusta um momento, enquanto não nos mostramos acostumados ou indiferentes? Tentemos responder. A Sociedade e, em plano mais imediato, a Família, sua célula, constituídas de indivíduos que a ela se submetem, a Sociedade existe

para o homem, a Família é o “órgão privilegiado de personalização” (8), é, e será cada vez mais, o espaço privilegiado e insubstituível onde se formará a pessoa de cada ser humano que ali vive. Se a sociedade caminha sempre mais para o anonimato urbano e para a massificação, o ambiente de família ainda será o espaço de afirmação e crescimento da pessoa que ali vive. A família forma, educa, dá personalidade às pessoas, que dela se originam e nela vivem.

O caos da família e da sociedade se originará, então, da crescente confusão mental a respeito da pessoa que essa sociedade, em níveis diversos, desde a família até outros grupos mais elaborados e diversificados, tem por ideal formar.

Qual o tipo de pessoa que nossas famílias querem formar?

Cada um olhará em volta e terá alguns elementos de resposta. Será a pessoa indefinida, ao Deus dará, no sentido vulgar da expressão? Será a pessoa individualista, fechada em seu mundo, um animal feliz, dentro de seu mundo, cercado de bem-estar e de alegrias transitórias, evidentemente com as decepções, desacertos e mesmo algumas desgraças de rotina? Será a pessoa socialista, um número inexpressivo, submetido ao prestígio do Estado, pensante e comandante, na seperança mais ou menos utópica de um paraíso ou de um regime mais ou menos ordeiro e progressista de “haras” estatal? Será a pessoa capitalista, tecnocrática, o herói “executivo” ou “planejador”, realizado rapidamente, enriquecido

prematura e abundantemente, porque ele é o "bom", instalado burguesamente na vida, à espera do enfarte, ou das noites infundáveis de cochilo diante da TV? Ou será a pessoa hedonista, aquele que soube gozar a vida, com uma só ou várias mulheres, concomitantes ou sucessivas? Ou será a pessoa do drogado, do "hippie", afinal jovem-pai de família "hippie", vivendo às custas do pai burguês; ou do seqüestrador, ou do seqüestrado, do "esquerda-festiva" festejado nos comícios, odiado pelos colegas que querem fazer carreira séria e ser um daqueles que já apontamos? Será a pessoa do operário mal pago mas relativamente feliz "em casas simples com cadeiras na calçada e, na fachada escrito em cima que é um "lar"? Será a pessoa do mendigo, do marginal, do morto ignorado, do desaparecido, do falso ou verdadeiro suicida? Dessa enumeração de tipos, mil casos poderão surgir e a família assiste estes casos de caos familiar em todos os níveis: de pais, de filhos, de netos, e continua sem saber que pessoa ela quer criar e formar.

5. A Família cristã, célula de uma sociedade que poderá vir a ser cristã, quer formar Pessoas Humanas, e a pessoa humana, à luz da fé, à luz do Evangelho, é imagem de Deus em vista de um crescimento para uma nova criatura que nela foi semeada e que se desenvolve para a dimensão da pessoa do Cristo (9). Este o exemplar de perfeição, que não ficará como mera realidade exterior a ser imitada, mas irá **penetrar pela Graça**, veiculada pelos Sacramentos, a **interioridade do ser hu-**

mano para transformá-lo, convertê-lo em "outro Cristo".

A família, se colocará a serviço desse ideal de pessoa, enquanto cada um de seus membros, renunciando a todos aqueles falsos ideais de pessoa, mesmo quando aparentemente honestos, comportados, prósperos, despreocupantes e despreocupados, até mesmo com um colorido religioso bem-pensante e pouco comprometido, tranqüilo; renunciando ao que não vem de um fogo transformador do Espírito, operar em cada um de seus membros uma conversão — uma **metánoia** — transformadora e santificadora, no despojamento, na pobreza, na humildade, na pureza de coração e de vida, na misericórdia, na compaixão e na paz. Então, haverá uma **bem-aventurança** da pessoa, mesmo nas situações mais difíceis.

A Família, originando-se do Sacramento do Matrimônio, viverá o amor humano em dimensão de Reino dos céus ao qual, felizes ou não, nesta terra, as pessoas que a constituem, pertencem.

O Sacramento do Matrimônio levará a ser vivido em sociedade, na família, nas famílias, o primeiro dom do batismo, a marca fundamental do Cristo, na pessoa humana. Mediante o batismo as pessoas são chamadas a viver em Cristo e a família será sinal do Cristo Vivo em seus membros.

Como realizar tal evangelização transformadora? O Espírito que ensina e impulsiona a Igreja e seus Pastores saberá como tentá-lo dentro de uma sociedade e de um meio que cada vez mais influenciará negativamente cada família levando a fra-

casos pessoais inevitáveis. É um preço a pagar.

Nada se fará sem que o Cristo mesmo, por sua Cruz e seu Sangue, lave o homem de sua malícia, instalada em sua natureza, e desenvolvida na falta de caráter, na mentira, na indiferença, no cinismo, na acomodação ao vazio, na satisfação com o nada.

Em meio a uma tal crise, uma só coisa, entre mil que teremos de calar, gostaríamos de ressaltar: o encontro com o Cristo, a procura da **verdadeira face do Cristo, da autêntica Pessoa: Cristo.**

6. Um posicionamento teológico não pode deixar de influir na própria visão cristã da vida, vivida dia por dia, nas diversas situações. Acrescente-se: mesmo nas diversas vocações e estados de vida que conduzem ao Reino anunciado pelo Cristo, como deve ser também anunciado por essas mesmas vocações e estados de vida em nível de testemunho e de vivência. Acontece, porém, aqui, algo de grave e é que, quer a vivência da família cristã, quer a vivência sacerdotal ou religiosa sofrem a influência de uma transformação crescente da teologia no sentido **naturalista**, aos poucos introduzido pelas idéias reformistas-protestantes (10). Dessa forma, o que hoje se chama e se propaga fortemente na temática teológica e na **práxis** cristã como **demitização** do cristianismo, cristianismo a-religioso ou ateu, cristianismo da morte de Deus, cristianismo como expressão subjetiva e autônoma, **libertado** de qualquer autoridade e de uma igreja institucional, são, afinal, resultados finais bas-

tante lógicos dos esforços anteriores para transformar a religião de um só e absoluto Deus verdadeiro que é o Deus revelado pelo Cristo Jesus que dEle vem dar testemunho, numa espécie de humanismo, de sociologismo, de moralismo ou o que mais seja, mais ou menos consciente, mais ou menos influenciado, em caráter transitório e evolutivo, por idéias cristãs humanizadas, desentranhadas da totalidade sobrenatural da Revelação do Cristo.

O fato é que, com matizes e graus bem diversos, tais teologias des-sobrenaturalizantes talvez cheguem à afirmação, de que o cristianismo tenha unicamente uma dimensão terrestre. Incluem, certamente, ou pelo menos em intenção, no seu cristianismo, a exigência de uma resposta à sede que o homem tem de Deus. Mas esta espécie de "concessão" ao sobrenatural não poderá ter a força e eficácia necessárias a uma verdadeira teologia que informa a consciência e a vivência cristãs, permanecendo como permanece na ambigüidade radical — ainda que disfarçada — sobre a finalidade principal e absoluta do cristianismo conforme o Deus Verdadeiro o revelou pelo seu Cristo, para a instauração de seu Reino que está nesse mundo e se reflete neste mundo, mas só tem a ver com ele — como na figura do fermento e da massa — na medida em que, guardando toda a sua força, se mistura com ele e o transforma interiormente. Tudo depende de como se responde à seguinte pergunta: A religião do Deus vivo, de Jesus Cristo, existe principalmente para ajudar os homens a melhor viverem, uns com os outros, como ho-

mens, numa sociedade mais equilibrada e justa, como ainda muito imperfeitamente talvez se viva em alguns poucos lugares super-privilegiados da terra, o que apenas se sabe por ouvir dizer? ou então existe para que os homens se reconheçam **filhos de Deus** e, no crescente aperfeiçoamento dessa condição, cheguem através do amor sobrenatural vivido numa vida fraterna e, por isso, mais humana, nesta terra, à perfeição do Amor na visão do Pai, passando desta para outra vida na Glória?

Evidentemente, no primeiro caso, há um recurso, meramente superficial e sem consistência, ao Cristo para uma realização totalmente humana. O que chega a ser objetivamente injurioso ao Cristo, ao seu ensinamento, à sua Palavra, ao seu sangue derramado pelos homens.

No segundo caso, o Cristo-homem vive a realidade dos homens que querem, com Ele, ser filhos de Deus. É fácil ver que são duas coisas totalmente diferentes, como diferentes serão as conseqüências e os resultados de uma posição ou de outra. Há uma moral cristã, individual, familiar, social, uma vocação de vida cristã no mundo, como há uma vocação cristã que abraça mais radicalmente o Cristo todo, por causa do apelo que sobre muitos exerce a antevisão do Reino dos céus — “propter Regnum caelorum” — tudo isso como resposta do coração impulsionado pelo amor sobrenatural, resposta ao “conhecimento” que Cristo deu de si mesmo e ao amor que derramou sobre os homens. Desse cristianismo vivo em sua moral familiar ou religiosa se esperará

algo com que não se poderá confundir, por mais que o queira, e faça crer que seja o que deve ser, um cristianismo vivido em nível de vocação familiar ou até mesmo em nível de vocação religiosa que se esvaziou ou que se reduziu, na miragem de uma evolução benfazeja, de um arejamento, de um progresso, de um crescimento que se reduziu a um puro humanismo de colorido cristão, onde o Evangelho do Cristo está totalmente a serviço de um homem diminuído, de um homem como ele possa ser visto por um olhar míope de homem, de um homem despojado da dimensão grandiosa e única com que Deus o vê e nos quis revelar ser esta a real e única dimensão do homem, para a qual ele caminha por desígnio divino. De um homem talvez simpático e até bonito ao distorcido olhar humano, porque imaginado com os traços de uma utopia naturalista totalmente irreal e irrealizável — “sereis como deuses”, disse a serpente — mas realmente reduzido à pequenez, à corrupção e à morte.

Teríamos então dois cristianismos? Temos, na verdade, duas ou mais teologias, das quais uma é a que corresponde à Verdade do Cristo que nos revelou o Pai e que revelou ao homem sua condição de Filho de Deus e sua vocação ao Reino conquistado pelo Filho. Outras, sem que julguemos da fé de quem as professa ou segue em sua **práxis** de vida, que esvaziam e deformam a mensagem, a figura de Cristo, a figura de Deus, a figura do homem. O Cristo mesmo que se revelou como “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14,6) deixou-nos também

o seu Espírito para que o possamos reconhecer, para que possamos crer n'Ele, crer em Sua Igreja, crer nos meios que Ele nos deixou para revelar-se a si mesmo e para dar-nos a conhecer Sua Verdade. Dá-nos a assistência permanente da Igreja para crermos, na ortodoxia da fé. Dessa Fé dependerá a verdade de nossa Teologia, e dessa, a fidelidade de um "povo de Deus" em sua caminhada para o Reino, pelos caminhos que o Cristo lhe revelou.

Pela fé, aderimos à Verdade que nos foi confiada. Somos atraídos a um conhecimento verdadeiro do Cristo pelo Amor que Deus nos infundiu e pelo Amor, que em nós deve transbordar, aos homens, nossos irmãos. Dessa fé verdadeira, adesão ao Deus vivo que nos chama à partilha de sua vida, dependerá a adesão vivencial total ao Cristo vivido na vocação cristã a que cada um foi chamado: na família, na vida consagrada. Uma unidade de visão de Fé, de teologia verdadeira, fortalecerá a unidade fundamental dessas duas vocações, diferentes e diversificadas, na mesma vocação de filhos de um mesmo Pai e de irmãos no mesmo Irmão primogênito.

7. Muito propositadamente passamos, no número anterior, a considerar a vocação cristã expressamente realizada quer na família, quer nos estados de vida consagrada. Parece-nos que a Pastoral familiar só agirá dentro da família, tão fortemente abalada e de maneiras tão diversas, se conseguir **evangelizar** cada membro da Família, anunciar, apresentar uma autêntica e verdadeira figura de Cristo. As pessoas que, de

uma maneira ou de outra, se consagram ao Cristo, são as evangelizadas natas, de todas as maneiras, desse Cristo, Filho de Deus. Se elas sofrem, também elas, da influência de uma mensagem reformadora da figura de Cristo, em nível teológico ou em nível de vivência da Cruz de Cristo, as próprias famílias de filhos de Deus aguardam a evangelização autêntica que, dessas pessoas cristãs que se ofereceram mais explicitamente, mais radicalmente ao Cristo, lhes possa chegar em palavras e em exemplos de absoluta solicitude e generosidade "por causa do amor de Cristo", "por causa do Reino dos céus".

A **obediência** aos mandamentos, de que tanto carecem pais e filhos, lhes será ensinada como expressão de Amor ao Bem maior. A **castidade**, como respeito ao valor intrínseco das coisas, domínio de impulsos que, soltos e desnaturados, terminam por destruir a destinação superior da pessoa humana, a nobreza de seus atos, a significação dos bens divinos do amor e da vida; a castidade tão necessária a pais e filhos encontrará pregação positiva e exemplo alicianante naqueles que pelo amor do Cristo sabem valorizar seu amor humano e na mais profunda alegria do coração sabem abraçar o sacrifício — oferecimento de si mesmo — no pregar da Ressurreição e da vida. A pobreza, a partilha da vida comunitária, o saber partir o pão e os dons entre si e com os que nada têm, pobreza que os religiosos professam e devem demonstrar em suas vidas, está entre os grandes ensinamentos de que a vida de família cristã mais precisa numa sociedade

de consumo exacerbado, da tirania do conforto, do bem-estar, do ter, do possuir, do exhibir, do ter mais e mais, fonte incalculável de corrupção e de destruição, de inveja, de vaidade, de soberba, de ódio. Por fim, a própria **estabilidade de vida** que o mundo moderno tenta solapar de todas as formas é um elemento essencial à vida dos que abraçam o matrimônio e dos que seguem a vida "que não olha para trás" e que se chama "consagrada". A presença do sobrenatural, a vivência da vida divina na vocação terrena faz com que essa seja encarada como um **chamado**, um dom, um desígnio divino, uma vontade de Deus que se encontrou com a vontade humana, selando-se assim um compromisso, uma unidade, um vínculo sa-

NOTAS

(1) "A família é uma instituição fundada sobre o casamento... No entanto, isso não significa que seja necessário considerar o casamento unicamente como meio em relação ao fim que é a família... O casamento não tem ainda a estrutura de uma sociedade, mas possui, por outro lado, **uma estrutura inter-pessoal**, é união e comunidade de duas pessoas... Um (matrimônio e família) deixa no outro **a sua marca** "Karol Wojtyła, *Amour et Responsabilité*", Paris, 1965 p. 204s. (2) A Encíclica "Casti connubii" do Papa Pio XI é de 1930. Foi o ponto dinamizador de mil estudos sobre o matrimônio, livros, revistas especializadas, movimentos de pastoral e espiritualidade conjugal, etc. (3) Wojtyła, op. cit. p. 127. Em outros lugares o mesmo livro do Arcebispo de Cracóvia, hoje Papa João Paulo II, ensina: "Nisso se manifesta o principal traço moral do amor: este ou é a **afirmação da pessoa** ou não é amor" (p. 113). "... Não se pode imaginar amor entre duas pessoas sem este bem comum que as liga e que

grado e não apenas uma opção interessante no momento. Eis a vocação de pai, de mãe, de filho, vocação profissional, expressão sagrada de Deus para aqueles que chamou para a vocação mais fundamental e definitiva de filhos e herdeiros de suas moradas eternas.

A Família, enfim, evangelizada e evangelizadora estará dentro da Igreja no centro de todas as vocações. Ela deve receber de todas as forças vivas da Igreja a sua Evangelização, o anúncio de Jesus Cristo, e a toda a Igreja, ela transmitirá suas forças evangelizadoras, tão ricas e diversificadas, ela que, como "Igreja doméstica", é sede e expressão na terra, da Graça do Cristo, do Amor do Pai e da Comunhão do Espírito Santo.

será ao mesmo tempo, o fim que elas, juntas, escolheram" (p. 21). "Objetivamente, amor é um fato inter-pessoal, é reciprocidade e amizade fundadas sobre uma comunhão no bem" (p. 116). (4) Como se sabe, essa Exortação Apostólica do Papa Paulo VI, de 8 de dezembro de 1975 é uma grande síntese feita pelo Sumo Pontífice de tudo o que lhe pareceu mais importante e oportuno de ser dito, em seu nome, depois dos longos estudos preparatórios e dos trabalhos do Sínodo dos Bispos, realizado em Roma, em 1974. Essa Exortação longamente refletida pela Igreja nos anos seguintes a seu aparecimento, repercute amplamente no encontro de Puebla 79. (5) "Igreja doméstica" aparece na *Lumen Gentium* n. 11, onde se diz sucintamente: "Nesta como que Igreja doméstica, os pais devem ser para seus filhos os primeiros pregadores da fé, tanto com sua palavra como com seu exemplo e deverão incentivar a vocação própria de cada um e, com especial carinho, a vocação sagrada." Na "*Apostolicam Actuositatem*", n. 11, se encontra o texto mais longo e mais especificamente

dedicado ao apostolado da família cristã que é como "Sanctuarium domesticum Ecclesiae". A expressão é encontrada no Sermão de S. João Crisóstomo sobre o Gênesis. PG 54, 606s. (6) Os textos que citaremos a seguir apareceram em "L'Osservatore Romano", edição semanal em português de 4 de fevereiro de 1979. (7) Parece evidente que o Papa se refere ao caso lamentável e vergonhoso do Brasil. Lamentável, acaba de reafirmá-lo o Papa. Vergonhoso em virtude de uma certa apatia de muitos pastores, famílias pouco evangelizadas e personalidades confusas, entre as quais os famigerados peritos e teólogos que nunca sabem o que quer o Cristo e a Igreja. Para eles só existem progressistas e conservadores, não a Igreja. Foi assim a Igreja — e a nação — tomada de surpresa diante do arbítrio do detentor da segurança nacional que através de um golpe discricionário mudou as regras do jogo, no caso de reformas constitucionais, o que significou tirar da nação mais de trinta votos e dar, como se fossem seus, aos divorcistas que jamais os conseguiriam legalmente. Parlamentares divorcistas da **oposição** foram calados e curvados ao beija-mão receber do supremo poder, que mudara arbitrariamente a Constituição, os votos

que precisavam para sua obra de bajulação dos ricos e dos ressentidos que precisam sempre de uma lei que lhes garanta, mesmo de mentira, que estão em situação legal, que são honestos e respeitados. Nem perceberam os divorcistas seu desprezo aos pobres cuja única riqueza é ter uma família estável e respeitada pela nação, pelo governo e pelas leis. Isso quando a pobreza não lhes impede de ter esse único e inestimável bem: uma família. (8) "É na revalorização da família que está, pois, o princípio ordenador e a base da verdadeira personalização. Sem ela, a pessoa, pela variedade exasperada das novas condições de pressão social, logo à saída do meio familiar, será presa fácil dos estereótipos, das condutas programadas, das mobilizações de massa." Ver o documento "Em favor da Família" (Documentos da CNBB, 3. Edições Paulinas, 1975) nn. 9-14. (9) Ocorre-nos aqui o texto já citado da "Gaudium et Spes": "A salvação da pessoa e da sociedade humana e cristã está intimamente vinculada à feliz condição da comunidade conjugal e familiar" (n. 47). (10) Aqui e nas considerações seguintes cf. D. J. Lallement: "La Connaissance de Jésus Christ" Téqui, Paris, 1978, p. 31-33,

VIDA RELIGIOSA, EVANGELIZAÇÃO E POBREZA

Irmã Ivone Gebara

Olinda, PE

“Ninguém pode servir a dois senhores; ou odiará um e amará ao outro, ou se afeiçoará ao primeiro e desprezará o segundo. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro”, Mt 6, 24.

“Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça...” Mt 6, 33.

“Vós procurais parecer justos aos olhos dos homens, mas Deus conhece vossos corações; e o que é elevado para os homens é abominável para Deus”, Lc 15, 15.

“Se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no Reino dos céus”, Mt 5, 20.

1 — O compromisso com os pobres

Em recente artigo por mim escrito e publicado no Suplemento da revista CEI (1) salientava a distinção entre o compromisso com os pobres e os pobres.

“Quando se fala de compromisso com os pobres, imediatamente uma distinção se impõe. É a distinção entre aqueles que fazem o compromisso com os pobres e aqueles que de fato são pobres, isto é, aqueles que vivem primordialmente na esfera de satisfação das necessidades básicas da sobrevivência”.

Fazer compromisso com os pobres significa que não se é pobre, se é outra coisa, se tem um certo poder, uma certa liberdade, uma certa posição que permite esse compromisso. Assume-se uma atitude de conversão à causa do pobre, que se exprime em comportamentos concretos como o de Zaqueu: “Senhor, dou a metade dos meus bens aos pobres, e se em alguma coisa defraudei a outrem, restituo-lhe o quádruplo” (Lc 19, 8).

Essa mesma perspectiva continua a orientar minha reflexão, pois é a partir dela que gostaria de situar tanto o lugar dos religiosos (as), do magistério episcopal, quanto de to-

dos os cristãos “não pobres”, como o lugar daqueles que fazem compromisso com os pobres. O lugar social que ocupam não é de pobres, mas por causa do Senhor querem comprometer-se com os pobres. Tal compromisso pois, aparece como um apelo, um convite dirigido àqueles que não são pobres e abraçaram efetivamente a causa daqueles que de fato o são. Esse “abraço” é a exigência que Jesus coloca como condição para o “rico” participar do Reino de Deus, visto que os destinatários primeiros da Boa Nova são os pobres.

Os Evangelhos segundo Lucas e Mateus atestam que Jesus declarou os pobres bem-aventurados, pois deles é o Reino de Deus. Jesus declara que é vontade de Deus a bem-aventurança, a felicidade dos pobres e além disso, que Deus é o grande e sempre fiel interessado na libertação do presente e do futuro dos pobres. Sua “misericórdia e fidelidade” são sem fim.

A predileção de Deus pelos pobres revelada por Jesus significa fundamentalmente o restabelecimento da justiça neste mundo. É essa a tarefa que o Pai entrega a Jesus e a todos os que assumiram e assumem a mesma missão de Jesus.

O que se pode constatar a olho nu é que nesta sociedade todos os privilégios estão concentrados em poucas mãos. Assim era no tempo de Jesus, embora o contexto sócio-econômico-político e cultural fosse bastante diferente. Os ricos têm crédito fácil, louvor, honras, garantias e outras facilidades. O pobre

está à mercê dos favores dos ricos e vive em condições sub-humanas. Esse é o comportamento habitual dos homens, ou seja, eles respiram e crescem nessa **injustiça habitual**, como se esse fosse o curso normal da história, como se tudo assim estivesse determinado.

Jesus se opõe a essa injustiça habitual da sociedade e restaura através da lógica do amor de Deus, diferente da lógica dos homens, a verdadeira justiça no mundo. Não é pois, por suas qualidades individuais, por sua beleza ou piedade que os pobres são bem-aventurados, os donos do Reino, mas sim pelo fato de serem pobres, desprezados, por terem fome, sede, por serem perseguidos e injustiçados. É pelo fato de sua situação real se constituir num insulto ao próprio Deus, por sua situação negar o crescimento do amor que o Senhor Jesus se empenha na causa dos abandonados desta terra.

É nesse sentido que entendemos o compromisso com os pobres, que é o mesmo compromisso com Jesus em favor da restauração da justiça de Deus neste mundo.

A distinção que delineei anteriormente é de capital importância para se evitar equívocos no que concerne a realidade dos pobres e para entendermos os próximos passos de nossa reflexão. O termo toma aí contornos bem delimitados, pois situa os pobres como aqueles a quem a sociedade global marginaliza e reduz à situação de buscarem — quando não impede até nisso — apenas a satisfação de suas necessidades básicas. São esses

pobres, os privilegiados do Reino que hoje na América Latina constituem a grande maioria de sua população.

2 — A Pobreza Religiosa segundo o documento de Puebla

A linha que orienta o documento de Puebla situa-se em continuidade ao grande clamor lançado em Medellín contra o pecado institucionalizado no qual vive o continente Latino-Americano. A miséria das grandes massas, o estado de opressão, violência e desrespeito aos direitos humanos mais básicos apareceram como o grande desafio para a evangelização da América Latina.

Os dez anos que separam Medellín de Puebla acentuaram o pecado, tornaram-no um sacrilégio institucionalizado visto que os sistemas de exploração e opressão se tornaram mais fortes e as formas de repressão mais refinadas e violentas. Puebla assume o mesmo clamor de Medellín acentuado pela radicalização da miséria de nosso povo. Por isso, no nº 87 diz o documento de Puebla: **“Há pouco mais de dez anos a Conferência de Medellín já apontava a constatação desse fato ao afirmar: Um clamor surdo brota de milhões de homens pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte (Pobreza da Igreja, 2). O clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião. Agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador.”**

A situação de injustiça, na América Latina grande desafio para a Evangelização, como missão que define a Igreja, é também o desafio para a vida religiosa. É nessa perspectiva que o nº 722 do documento de Puebla expressa a íntima ligação entre a consagração religiosa e a missão evangelizadora em toda a América Latina. Essa missão nada mais é do que a continuidade, no atual momento histórico, do anúncio da Boa Nova aos pobres, anúncio esse que parece ser o lugar e a maneira privilegiada de se viver a pobreza que caracteriza a vida religiosa. A coerência de nossa vida com o anúncio da Boa Nova aos pobres é uma exigência de conversão contínua, de passos efetivos para assumirmos com os riscos que ela comporta em nossa história atual, a missão libertadora de Jesus Cristo.

Parece claro que o anúncio da Boa Nova não é redutível a uma única tarefa histórica. Mas, a Boa Nova, a Notícia de proximidade de Deus que “faz novas todas as coisas” hoje, implica como condição irrevogável que tomemos o clamor dos oprimidos como a voz do Senhor que nos apela com insistência.

Os parágrafos do documento de Puebla especialmente dedicados aos religiosos (as) situam a vida consagrada como dom do Espírito e meio de Evangelização eficaz (nº 739). Esta perspectiva de **dom e meio** para exprime a vida religiosa com uma **graça para** e não como um fim em si mesma. A graça é sempre para o serviço da comunidade humana e não apenas para o indivíduo e seu círculo restrito. Por isso, diz o nº 741: **“Os consagrados partilham**

as fadigas, os sofrimentos, alegrias e esperanças da construção do Reino". É pois, em vista da construção do Reino que a consagração religiosa assume todo o seu sentido. Nessa perspectiva o nº 733 já anunciava a "opção preferencial pelos pobres" como a tendência mais importante da vida religiosa Latino-Americana, o que é extremamente significativo dentro do atual contexto em que vivemos.

Esses pobres certamente estão situados em algum lugar, e o documento indica que eles se encontram em zonas marginalizadas e difíceis, em missões indígenas (nº 733) pois, é lá que estão alguns religiosos. E em seguida explicita a relação dos religiosos com esses pobres mostrando que ela deve supor "não apenas o despreendimento interior e a austeridade comunitária, mas também o solidarizar-se, o partilhar e, nalguns casos, o conviver com o pobre" (nº 734).

Seguindo o texto de Puebla podemos dizer que tudo isso se fundamenta no chamado do Senhor a identificar-se com Ele "a partir das bem-aventuranças" e, na perspectiva do Mistério Pascal, a aceitar "como própria a cruz do Senhor, colocada sobre eles e sobre os crucificados pela injustiça, pela carência do profundo sentido da existência humana e por causa da fome de paz, verdade e vida" (nº 743). Essa aceitação da cruz assume sua significação mais profunda na perspectiva da Ressurreição para a "novidade da vida". Nesse movimento de morte e vida mais uma vez o documento afirma que os religiosos

(as) "têm como privilegiados os pobres, prediletos do Senhor" (nº 743). Por isso, da vida religiosa o parágrafo 744 vai dizer: "é assim uma afirmação profética do valor supremo da comunhão com Deus e entre os homens, e um exímio testemunho de que o mundo não pode ser transfigurado e nem oferecido sem o espírito das bem-aventuranças".

Através dessa comunhão, continua o texto, os religiosos "partilham seus bens, anunciam a gratuidade de Deus e de seus dons; inauguram, deste modo a nova justiça..." (nº 747).

O mesmo parágrafo segue mostrando de forma incisiva que vivendo dessa maneira os religiosos (as) "são uma denúncia evangélica àqueles que servem ao dinheiro e ao poder, e se reservam egoisticamente para si mesmos os bens que Deus outorga ao homem para benefício de toda comunidade" (nº 747).

Os parágrafos dedicados à vida religiosa na América Latina indicam uma orientação de vida religiosa para fora de si mesma, que deve ser aprofundada nos seus múltiplos aspectos. No presente artigo, apenas faço menção dessa orientação, especialmente no seu aspecto de denúncia da idolatria, dos falsos valores, da recusa do verdadeiro Deus, Pai de Jesus Cristo. Por essa razão, há uma insistência em ligar a vida religiosa à missão evangelizadora da Igreja na América Latina, insistência que atravessa os parágrafos que o Documento reserva aos religiosos.

3 — A Exigência Absoluta do Senhor

O item anterior esboçou rapidamente o conteúdo da palavra episcopal latino-americana aos religiosos. Sem dúvida, essa palavra episcopal tem algumas de suas raízes no contexto da América Latina na Palavra do Senhor expressa nas Sagradas Escrituras e no Magistério da Igreja. Entretanto, a palavra episcopal é condicionada por uma Tradição, por uma situação histórica determinada e não pode ser tomada como absoluto em si. Ela é uma palavra situada numa Palavra maior que é o acontecimento, a história latino-americana na qual vivemos. Essa história é para nós o lugar de manifestação do Senhor, o lugar da Aliança, o lugar da Encarnação, da Paixão, da Morte e da Ressurreição. Por isso, como cristãos nossa tarefa é ouvir as palavras de nossos bispos em confronto e à luz da exigência absoluta do Senhor, isto é, a exigência que não se limita à obediência de uma lei, de um preceito ou de uma exortação nem se limita à redução das exigências do Senhor, às nossas categorias ou conveniências. A exigência do Senhor deve ser lida na história das relações inter-humanas, lugar onde ela se faz carne.

É a partir dessas considerações que podemos dizer que quando a palavra episcopal latino-americana fala de "opção preferencial pelos pobres", essa opção indica, de fato, que a questão dos pobres foi relevante no Documento, pois ela é, não só relevante, mas contundente na realidade em que vivemos. En-

tretanto, é preciso dizer que esta é apenas a abordagem de um aspecto do problema, abordagem indicadora da grande preocupação da Igreja, de sua atenção primeira em relação aos pobres. O problema dos pobres, como sabemos, é muito mais amplo e, no caso específico da América Latina, toma proporções de miséria continental, fruto de estruturas injustas, aliás condenadas em diversos parágrafos do Documento de Puebla.

Por isso, parece que a exigência para nós hoje, não é apenas dar mais tempo aos pobres ou mais coisas aos pobres, o que pode ser muito bom e até louvável em certas ocasiões. A questão da **opção pelos pobres** não pode pois, ser reduzida a maior proteção aos pobres, aos bons sentimentos em relação a eles, a fazer coisas pelos pobres, a valorizar as qualidades dos pobres. Os pobres não são "as colônias de caridade dos poderosos" (2), nem a ocasião oportuna para suas "boas ações". Ninguém pode instrumentalizá-los para ser caridoso. Se a caridade é uma virtude teológica, isto é, uma força que vem de Deus, ela não se resume em fazer alguns atos de bondade e manter o mundo tal e qual. A respeito, o profeta Amós (especialmente no capítulo 6) nos lembra que o Senhor abomina os presentes que os poderosos lhe oferecem, abomina seus holocaustos e seus cânticos cultuais. O que Ele quer é a presença do DIREITO e da JUSTIÇA, único louvor aceito pelo Senhor.

Da mesma forma, poderíamos dizer que aos pobres não são necessários presentes ou atenções especiais que muitas vezes os dimi-

nuem em sua dignidade humana, mas o que eles precisam é que, com eles, entremos na luta de Deus pela instauração da justiça entre os homens.

Por essa razão, em tudo aquilo que fizemos é preciso tomar os pobres efetivamente como a referência histórica primeira, aquela a partir da qual, no nosso "hoje cronológico", o Senhor nos chama à conversão, nos chama a com Ele restaurarmos a justiça no mundo. É nesta perspectiva que o "preferencial" do Documento deve ser expresso na nossa vida e prática eclesiais, isto é, como um "a partir de", visto que são os pobres, por sua condição e maciça presença hoje na América Latina que julgam o tipo de sociedade aqui instaurada, e nesse julgamento se constituem no próprio **JULGAMENTO** de Deus sobre nossas ações e nossa história. Além disso, é através dele que a exigência absoluta de justiça de Deus se faz exigência para nós e nesse mesmo ato manifesta o próprio mistério da transcendência de Deus.

"Se mantivermos o sentido primeiro e direto do amor de Deus pelos pobres enquanto pobres — materialmente falando, se se quer usar esse vocabulário — nos situamos diante do mistério da revelação de Deus e do dom de seu Reino de amor e justiça, diante de algo que desafia nossas categorias. O mistério de um Deus irreduzível a nosso modo de pensar, que nos julga no ato concreto e histórico, desde o pobre (Mt 25) e corta o passo do amor mentiroso que esquece o irmão e pretende dirigir-se espiri-

tualmente até Ele mais para domesticá-lo do que para sentir-se interpelado por Sua Palavra (1 Jo 4,2) (3).

Fundamentalmente a exigência absoluta de Deus significa se colocar na perspectiva "a partir dos pobres", de forma que também os ricos serão evangelizados a partir dos pobres e não excluídos da evangelização. Quem pensa em termos de exclusão, pensa em categorias não cristãs e com isso gera-se uma série de mal-entendidos, que em última análise levam ao desconhecimento dos mecanismos estruturais geradores de injustiça e de miséria, e da cumplicidade no mesmo pecado social vigente em nosso continente. Fica-se numa atitude muitas vezes "reivindicatória" do direito dos ricos à mensagem cristã quando o verdadeiro problema não está aí. "O que fizeste do teu irmão?", desses que têm fome, que são desempregados, que são perseguidos, que são tangidos de suas terras, que morrem nas calçadas por falta de assistência? É só a partir deles que o chamado de Deus se faz ouvir, é só a partir deles que o Julgamento do Senhor (Mt 25) se faz histórico na nossa história hoje, e nos move para mudarmos a atual figura do mundo.

Portanto, os pobres, materialmente falando, são também o lugar a partir do qual os ricos se converterão, reconhecerão como Zaqueu seu roubo e entregarão aos pobres aquilo que de fato e de direito lhes pertence.

É nessa luz que o mandamento do Senhor "amai aos vossos inimigos" pode ser então entendido: não favorecer ao rico ou ao "inimigo" de

continuar no seu pecado. Ora, isso só é possível se o móvel da consciência for realmente histórico, em outros termos, se ele se mostrar na sociedade como um pecado contra a fraternidade pedida pelo Senhor e concomitantemente como uma exigência para a construção dessa mesma fraternidade.

Deus fará “novas todas as coisas”, se o nosso olhar se “concertar” ao olhar de Deus que não suporta ver “os pequenos” na indigência e os detentores do poder dominante “deitados em leitos de marfim, comendo os melhores cordeiros do rebanho” (Amós 6,4).

Por isso tudo, o conselho aos religiosos bem como a todos os cristãos deveria se fixar numa opção pelos pobres como condição primeira e única para o anúncio do Reino do Senhor. Não há alternativa quanto a esta opção, pois ela corresponde ao sentido pleno do seguimento de Jesus, isto é, ao fazer o que Ele fez: transformar a história dos homens em uma história de fraternidade, onde Deus possa ser de fato chamado Pai.

É nessa nova luz que se poderia então falar da “nova justiça” (nº 747) e ainda da construção do “homem novo” segundo os apelos de justiça e santidade contidos no Evangelho de Jesus. A nova justiça e o homem novo não são ideais abstratos no sentido de estarem fora do tempo.

Em Jesus, a justiça e o homem novo se tornam o escatológico, isto é, se realizam na dinâmica do “já e ainda não” em nossa história. Em Jesus se desmascara a alienação re-

ligiosa, o olhar fora da história, o mundo dos valores em si. Deus tem que ser absolutamente reconhecido em Jesus de Nazaré, descoberto no rosto “do pobre, do órfão e da viúva”. Se não for assim seremos todos “mentirosos” como diz São João, adoradores de ídolos estáticos, e em última análise, negaríamos a própria transcendência de Deus que, através do rosto humano sofrido e injustiçado exige continuamente a conversão ao verdadeiro amor.

Nesta dinâmica, o novo Adão nasce do velho Adão, a nova Terra nasce da velha Terra. Toda a criação “geme em dores de parto” e na “alegria” para construir a mesma comunhão em Deus. Postergar esta tarefa para um futuro remoto é não acreditar na ação de Deus no meio dos pobres, ação capaz de arrancá-los da escravidão para a liberdade, das trevas para a luz, de criar “um novo céu e uma nova terra” aspirados por eles.

4 — Em que fica a POBREZA religiosa

Na perspectiva que desenvolvemos, a pobreza não aparece como um valor em si. Não existe essa perspectiva no cristianismo. Isso seria uma atitude tremendamente negativa em relação à criação.

A primeira atitude é a de consideração da criação como algo de bom. Por isso, o autor sagrado, extasiado diante das maravilhas que o Senhor fez exclama: “e Deus viu que isto era bom” (Gên 25). Portanto, o problema da pobreza é de outra ordem, visto que Deus não cria a pobreza, mas cria a terra, as águas, o sol, as

estrelas, os vegetais, os animais, o homem e a mulher. E é o homem (humanidade) no seu orgulho e ganância, que, tomado pelo pecado instaura a pobreza como resultado da má distribuição dos bens da terra, como idolatria da riqueza acumulada.

A partir desse momento se poderia dizer da existência da luta fratricida que a Escritura simboliza tão bem através da luta mortal entre Caim e Abel. Quando ela se instaura no coração da história, a presença do justo, do pobre e de Deus se tornam insuportáveis. São o aguilhão da consciência, a exigência absoluta dentro do limite do egoísmo humano. Por isso, o pobre passa a atrapalhar a política dos impérios desse mundo, de seus representantes e suas previsões. Sua simples presença incomoda, todos desprezam sua luta, a não ser Deus que está sempre com ele na conquista de sua dignidade humana, de seu direito à vida.

É a participação nessa luta do pobre que dá sentido à pobreza religiosa, não como um ideal em si, mas como contestação do modelo de felicidade excludente que a sociedade dos ricos impõe e cultiva.

Se o projeto de Deus é de levar o mundo adiante, levar a criação até a perfeição, então não há para o cristão incluindo aí o religioso, outro caminho a não ser o de inserir-se no projeto de construção do mundo segundo o desígnio do Senhor.

S. João afirma que "Deus amou tanto o mundo que entregou Seu Filho único (Jo 3, 16), isto é, o próprio Deus entregou-se no Filho totalmente ao mundo. Nesse sentido, pode-se dizer que quem não ama o

mundo e nele os homens, não pode ter um comportamento de pobreza. Os que não amam o mundo, ou usufruem dele ou desprezam-no. Poderíamos dizer que de um lado está o "burguês" que goza do mundo, o explora para seu próprio prazer. Ele não ama o mundo, apenas aproveita para si do que o mundo tem, faz do mundo um objeto de uso próprio. De outro lado está o falso asceta, aquele que despreza o mundo. Este também não o ama e por isso se comporta como se o mundo nada valesse. Ambos assumem uma atitude de cinismo diante do mundo. Um faz o que quer, até as orgias mais desvairadas, pois instrumentaliza o mundo, e ainda, tudo e todos que nele estão para seu próprio proveito. É apenas um consumista. Quer destruir o mundo em si mesmo até o maior clímax possível. O outro nada faz além de contemplar imaginariamente as verdades eternas, visto que, não tendo valor o mundo não lhe interessa. Por isso, se afasta dele, se separa como se fosse possível viver em outro lugar fora do mundo, como se fosse possível ser homem sem mundo. Ambos caem numa atitude de desinteresse pelo mundo cujas raízes podem ser identificadas na fase decadente da antiga cultura grega, da qual o cristianismo tornou-se por muito tempo, em certa medida, cativo.

A atitude dos que se desinteressam pelo mundo conduz à consideração desta realidade histórica como sombra, sem valor. Conseqüentemente torna os homens que a ela aderem incapazes de cultivar a paixão necessária para transformá-lo e fazer dele o paraíso de todos.

Então, não há para nós outra alternativa a não ser aquela de entrarmos na proposta de Deus segundo a Escritura: **amar o mundo**. Entrar nele é assumir a nossa pobreza não como fuga do mundo, nem como absolutização de um valor em si, mas como relativização desta atual figura do mundo, — em nossa situação latino-americana, a figura capitalista — em vista de uma nova figura portadora de libertação.

O novo está em gestação crescente nas incipientes organizações populares, nas suas justas reivindicações, nas suas pequenas conquistas, no enfraquecimento do “dragão” que quer devorar esse pequeno recém-nascido.

Nossa pobreza é essencialmente assumir como nossa a nova imagem do mundo que estamos, junto com os pobres, ajudando a gerar. Ela nos vem como uma criança, nua, frágil, trêmula, carente e é ela que nossa vida tem que ser entregue. “Se o grão de trigo caindo por terra não morre, fica sozinho, porém se morre, produz muito fruto” (Jo 12, 24).

Como Deus ama o mundo e se entrega a ele, assim nós também só podemos dizer que amamos a Deus se nossa vida for uma entrega para a construção de um mundo fraterno. “Deus não enviou seu Filho ao mundo para condená-lo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (Jo 3, 17). Austeridade, despreendimento, convivência, partilha (nº 734) renúncia, sem dúvida virão, não como escolha inicial, mas como situações próprias à escolha de edificação de um mundo mais humano.

5 — Sinais atuais do compromisso dos religiosos com os pobres

É preciso reconhecer que o mundo das classes exploradas é ainda uma realidade sócio-cultural que está muito distante da experiência da maioria dos religiosos (as) que durante séculos de América Latina permaneceram repetindo suas obras tradicionais. Sem negar os inúmeros serviços prestados à sociedade, de fato, estavam eles mais ligados às classes dominantes. Foi especialmente a essas classes que a formação religiosa, as energias, o estudo, a oração, enfim, a força de trabalho e a disponibilidade foram entregues em primeiro lugar. As primícias foram dadas aos dominadores e o que sobrava era dado aos pobres, embora as exceções existam, mas estas não são a regra geral.

Hoje, há como que um acordar da consciência religiosa, embora ainda minoritário, de que os “primeiros convidados” para o “banquete” não foram dignos dele e, então como o Senhor, foram e estão indo atrás dos leprosos, dos cegos, mancos, prostitutas e estropiados para com eles construirmos o Reino, o “novo céu e a nova terra”.

É importante notar que essa incipiente conversão não aconteceu por meio de uma “revelação” privada a alguns religiosos (as) mais sensíveis à situação de miséria humana. Ela aconteceu como uma manifestação da exigência absoluta de justiça de Deus, que através do clamor de homens, mulheres e crianças deserdados de pão e de participação deci-

siva na história, tentam resistir as forças do mal lutando pela sobrevivência e se organizando para dizer sua palavra na história. São esses pobres que chamam os religiosos à conversão, à mudança de vida. São eles que os lembram do verdadeiro amor e louvor ao Senhor. São eles que lhes devolveram o verdadeiro sentido do Evangelho e em especial das bem-aventuranças.

Nesse sentido, a conversão à causa dos pobres, que é a mesma e única de Jesus, não é, como vimos, o privilégio da iniciativa de alguns religiosos (as) ou de famílias religiosas, mas é a resposta ao apelo suscitado pela força do Espírito de Deus presente na aparente fraqueza dos pobres da América Latina (4).

Esse apelo contundente foi ouvido por muitos e algumas respostas se esboçaram muitas vezes vigorosas e portadoras de libertação. Por isso, alguns sinais dessa conversão merecem ser lembrados:

— O número crescente de pequenas comunidades religiosas em meios de periferia urbana ou em zona rural que partilham e assumem com os mais pobres seus sofrimentos, combates e esperanças.

— A renúncia de muitos a se engajarem na causa dos pobres com projetos missionários prontos, como foi comum na história da evangelização da América Latina.

— A decisão consciente de várias congregações religiosas de reverem não só a aplicação de seus bens, mas a própria posse dos mesmos e assumirem uma postura profético/crítica em relação à sociedade capi-

talista, por exemplo, recusando-se a capitalização de seus bens.

— A partilha dos bens materiais “extra-muros”, isto é, tornando os bens acumulados na congregação — talvez sem muito esforço e as vezes ilicitamente segundo o Evangelho embora licitamente segundo as categorias da honestidade burguesa — bens que beneficiem os mais necessitados de nossa sociedade.

— A renúncia crescente ao “privilégio” religioso expresso na recusa ao favoritismo e a cumplicidade com os donos do poder.

— O número significativo de intelectuais religiosos (as) que colocam sua força, estudo e criatividade a serviço da causa do anúncio do Reino aos pobres.

— O aumento de permissões para a utilização de locais de propriedade de religiosos (as), outrora apenas de uso exclusivo, para reuniões populares e/ou eclesiais.

— A permissão e até insistência de participação de leigos em reuniões ou encontros de religiosos (as), leigos que trabalham nas mesmas comunidades de base ou nos mesmos setores.

Esses passos significativos não excluem a presença das sombras já tão conhecidas e tão lembradas. Entretanto, são o anúncio/denúncia da necessidade de radicalizarmos nossas opções, isto é, de irmos até às raízes históricas e bíblicas de nosso compromisso com a causa dos pobres.

Todos esses pequenos sinais nos mostram que de ora em diante nos-

sas esperanças tomam mais corpo, incarnam-se e integram-se nas esperanças de libertação dos pobres e não mais na realização de um ideal de vida religiosa pré-estabelecido e regularmente definido.

É a tênue esperança do povo de ter água e luz em casa, de vir a chuva, de ter melhores condições de trabalho, de ter a terra para trabalhar, os frutos da terra para comer dignamente, que passa a alimentar a esperança desse novo resto de religiosos e religiosas.

Se sua pobreza passa a ser o compromisso com os pobres para a transformação da sociedade, então, as esperanças do povo passam a ser suas mesmas esperanças. Só assim, o mistério de Deus que se fez carne e habita entre nós toma um novo sentido, porque o seu Reino começa a ter formas perceptíveis na espera e na conquista das esperanças dos pobres desta terra.

Conclusão

À guisa de conclusão gostaria de lembrar rapidamente, como num tempo de cristandade certas questões, como por exemplo, a questão dos chamados conselhos evangélicos — pobreza, obediência, celibato — se circunscreviam apenas em referência à vida religiosa institucional. Hoje, num tempo de pós-cristandade, de nova paganização da sociedade por causa da proliferação dos ídolos produzidos e consumidos, aqueles conselhos deixam de se limitar apenas à vida religiosa como instituição e passam a ser exigências para todos os cristãos, como condição para o seguimento de Jesus Cristo.

A pobreza, por exemplo, passa a ser uma grande questão para todos, visto que, o desafio de justiça que ela representa é dirigida a todos os “homens de boa vontade”. O voto de pobreza é reinterpretado à luz do compromisso com os pobres e esse compromisso não é a tarefa específica dos religiosos, mas uma exigência dirigida à consciência cristã.

É à luz das mudanças operadas na sociedade que se operam também as mudanças na vida religiosa institucional. Ela não é uma realidade ontológica imutável, mas é histórica, missionária para um tempo e um espaço determinado. Por essa razão, os chamados conselhos evangélicos submetem-se àquilo que é apelo radical do nosso momento. É a resposta a esse apelo que dá um novo sentido à pobreza, à obediência e ao celibato.

Através da pobreza temos a possibilidade de uma reintelecção adequada ao nosso tempo tanto da obediência quanto do celibato.

A partir do compromisso com os pobres na construção de uma nova figura do mundo, temos que tentar descobrir nas situações de mais rigorosa “obediência” a que nosso povo está submetido, através dos horários de trabalho, do autoritarismo, da repressão, dos espaços vigiados a possibilidade de abrir brechas para a liberdade, abrir caminhos para que as sementes de um novo rosto de sociedade possam germinar.

A “obediência” do povo é desprovida de liberdade. Ela é condição de sobrevivência, obediência bem diferente da nossa, onde, em última aná-

lise nossa sobrevivência não está ameaçada. Para nós, embora, dentro de certos limites, há o exercício da liberdade. Diante disso, uma questão se impõe: não seria para nós uma tarefa, a de estar presentes nos lugares de "obediência" do povo, assumindo sua condição e lutando com eles em vista da libertação comum, só possível na dinâmica da mútua obediência, onde ninguém oprima e ninguém se deixe oprimir?

Como o Senhor Jesus que "se fez obediente até a morte e morte de cruz", nossa tarefa é reaprender a obediência não como um assentimento sem questionamento, mas como movimento para a libertação histórica de nosso povo.

A obediência de Jesus já contém a presença da ressurreição; não é masoquista, mas traz em si um futuro novo, a nova vida.

O celibato também encontra sua luz nessa mesma opção pelos pobres. É por causa do Reino que é possível encontrar o dinamismo para não constituir sua família, seu lar, mas entregar-se em serviço e disponibilidade à família humana historicamente situada.

"Porque há eunucos de nascença; há outros a quem os homens fizeram como tais; e há outros que a si mesmo se fizeram eunucos, por causa do Reino dos céus" (Mt 19, 12).

NOTAS

(1) GEBARA, Ivone, **A Igreja na América Latina comprometida com os pobres**, em CEI, Suplemento, 21/7/1978, páginas 28-36. (2) MUGICA, Guillermo, **Los pobres en los padres de la Iglesia**, CEP, Lima, s.d. (p. 13). O autor comenta uma homilia de São Gregório de Nissa sobre

o amor aos pobres. (3) GUTIERREZ, Gustavo, **La fuerza histórica de los pobres**, CEP, Lima, 1978, página 33. (4) Sobre este assunto é muito esclarecedor o trabalho de CUSSIANOVICH, Alejandro, **Desde los pobres de la tierra**, Perspectivas de Vida Religiosa, CEP, Lima, 1975.

CONSEQÜÊNCIAS CONCRETAS DE PUEBLA PARA A VIDA RELIGIOSA

Três palavras de ordem. Primeira: Confirmação de nossa vontade de inserção em nossa América Latina. Segunda: Confirmação de nossa caminhada junto aos pobres. Terceira: Confirmação de nossa busca apaixonada de Deus no seio de nosso povo.

Frei Clodovis Boff, OSM

Rio de Janeiro, RJ

Queremos aqui definir os caminhos que se abrem à Vida Religiosa na América Latina neste período pós-Puebla. E o que fazemos pensando sobretudo nos jovens religiosos, seminaristas ou não, pois é deles que se espera levem à frente e bem alto o facho de sua vocação, avivado em Puebla.

Queremos aqui nos apoiar nos próprios textos de Puebla. E sermos claros. Pois quando se trata de tirar as conseqüências concretas de Puebla para a Vida Religiosa é preciso falar sem muitos rodeios. Para tanto queremos colocar aqui três ou quatro grandes linhas na forma de slogans ou palavras de ordem. Ei-las:

0. Fazer seu Puebla. 1. Descobrir a América Latina dos pobres. 2. Continuar caminhando para a margem. 3. Paixão de Deus na paixão do povo.

A primeira palavra de ordem referida não é propriamente primeira. Ela não representa uma decorrência de Puebla pois diz respeito à Puebla mesma. Seria um slogan de abertura, a palavra de ordem nº 0. Portanto: 0. Palavra de ordem:

Fazer seu Puebla!

Puebla foi um fato latino-americano que envolveu em primeiro lugar e mais diretamente os bispos. Foi uma Conferência Episcopal en-

tretanto sua significação é mais ampla: Puebla é fato **eclesial**. Puebla envolve toda a Igreja latino-americana. Para sermos realmente Igreja temos que nos colocar em **sintonia** com todo o Povo de Deus deste continente. É o sentido do famoso **sentire cum Ecclesia**.

Por isso, a primeira e mais fundamental palavra de ordem para nós, religiosos, depois de Puebla é: fazer "seu" Puebla! Cada um deve fazer "seu" Puebla como quando se diz: fazer "sua" declaração de imposto de renda, fazer "sua" inscrição, ou fazer "seu" Édipo.

Trata-se de vencer certas etapas históricas necessárias ao crescimento da fé. Assim é que hoje não pode haver um cristão que não tenha feito seu Vaticano II e, na AL, que não tenha feito "seu" Medellín e agora "seu" Puebla.

Há gente que nem fez ainda "seu" Medellín! Para ela Libertação, Opção pelos pobres, Comunidades Eclesiais de Base, Injustiça estrutural constitui uma linguagem ainda estranha senão chocante. Essa gente não se deu conta de que a Igreja finalmente nasceu na América Latina para a América Latina.

Agora temos a chance **espiritual** e ao mesmo tempo **histórica** de fazer nosso Puebla. Cada instituto religioso, cada comunidade, cada religioso deve fazer "seu" Puebla. Senão, ficará **defasado** do ponto de vista eclesial.

A unidade da Igreja passa também por Puebla. Não estar afinado com a Igreja latino-americana que saiu de Puebla é não ser "homem de Igreja".

Houve tempos e houve e há lugares em que a Igreja estava bem atrás do nível de evolução da consciência social. Foi, por exemplo, o que ocorreu no século passado até o Vaticano II. É ainda o caso de algumas Igrejas nacionais na América Latina e estaduais no Brasil.

Agora, entretanto, pode-se dizer que a Igreja como um todo está em muitos pontos bem avançada. Está à frente da própria sociedade civil. Não só: está à frente de muitas igrejas locais e até de muitas congregações. Dificilmente se encontram congregações que tenham, por exemplo, o senso social e a consciência profética que tem a Igreja latino-americana e em particular a Igreja brasileira.

Este é um fato novo, quicá, inédito. E representa uma graça histórica saber que no meio e mesmo à frente de nós vão nossos pastores com a coragem que vem do Espírito, abrindo os caminhos da história.

Supõe-se, pois, como nossa primeira obrigação neste pós-Puebla é diante de Puebla fazer nosso Puebla, fazer Puebla nosso. Unificar as mentes e os corações ao redor da Igreja de Puebla. Assumir seu vocabulário, sua temática, suas linhas de força. Fortalecer assim nossa comunhão.

Os jovens religiosos em particular tem nesse sentido um papel muito importante. Eles estão convocados a assumir essa bandeira: de fazer com que sua comunidade, sua congregação faça "seu" Puebla. A eles compete em primeiro lugar não deixar Puebla cair no esquecimento e mor-

rer. Eles podem deslanchar dentro de seus institutos um vasto processo de sensibilização e de mentalização em torno as grandes linhas de Puebla.

Já muitas igrejas locais estão fazendo "seu" Puebla. Organizando encontros vários para se confrontar com Puebla. Os regionais da CRB estão também se mobilizando. Esse processo deve atravessar igualmente todos os institutos religiosos.

Na verdade, há gente fora da Igreja, mas também nela, interessada em minimizar Puebla, em neutralizá-la e esquecê-la, de modo que não venha a ter os efeitos esperados. Não podemos deixar que isso aconteça. Por isso os jovens são convocados para que levantem bem alto os ideais de Puebla.

Para tanto exige-se deles inteligência e criatividade. Para sermos concretos: eles podem, por exemplo, usar os boletins e revistas da congregação como veículos de estudos, e debates sobre Puebla. As próprias reuniões gerais ou regionais das congregações poderão tomar como tema de reflexão as grandes linhas de Puebla. Na própria vida comunitária poder-se-ão usar os textos de Puebla: na liturgia e nas outras reuniões comuns. Enfim, nos estudos de teologia há que se ficar atento à problemática teológica e pastoral levantada em Puebla.

Como se vê: trabalho há. A primeira decorrência de Puebla para nós é o próprio Puebla. É apropriar-se de Puebla. É trazer Puebla até nós, até cada um de nós. Se não pudermos ir a Puebla, que Puebla

ao menos venha a nós. Se Maomé não vai à montanha, que a montanha vá a Maomé.

1.ª palavra de ordem: Descobrir a América dos pobres!

Muitos estão no Brasil, mas ainda não descobriram o Brasil. Estão ainda na Europa donde vieram suas Congregações. Ou estão na Itália, Alemanha, França, Bélgica, onde fizeram seu noviciado ou sua teologia. Ou estão no Brasil das classes dominantes que estão separadas do povo, que atraíram o povo e que se prostituíram econômica, política e culturalmente com a Babilônia moderna.

Não descobriram a face oculta do Brasil: sua face negra e verdadeira. Não descobriram suas contradições, sua opressão e sua miséria. Na verdade, o Brasil é o Brasil dos pobres e dos oprimidos. São esses que constituem a esmagadora maioria da população. Os bispos em Puebla quando se puseram como pastores diante da realidade da América Latina que foi que viram? Um continente simplesmente católico? Nações em vias de desenvolvimento? Ordem e progresso?

Não. Os bispos como pastores que eram, viram os pobres. Viram as massas exploradas. Os bispos viram a miséria e a miséria crescente. Viram a contradição: a contradição entre opulentos e miseráveis; a contradição cada vez mais dramática entre cultura cristã e sociedade injusta. Os bispos viram o que Jesus viu e sentiram o que Jesus sentiu:

pena dos pobres e indignação contra a pobreza.

“Deus viu o povo e teve pena dele, pois estava cansado e abandonado como ovelhas sem pastor” (Mt 9, 36). É o que viram e sentiram os bispos. Ultimamente entre nós as massas amordaçadas há tanto tempo, emergiram no cenário político. Estão nas ruas e nas praças em greve pedindo Justiça. Seu “clamor” — como diz Puebla — “pode ter parecido surdo” no passado. “Agora é claro; crescente, impetuoso e, nalguns casos ameaçador” (nº 87).

Mas o que leva o povo a gritar, a reivindicar, a fazer greve? “Não é o Lula que fez a greve — diz um operário — é a fome.” “Por trás das greves — confirma D. Sândalo Bernardino — está a panela vazia.”

É isso: O Brasil não é Copacabana, a Amazônia, Pelé, o café, o carnaval e o samba. Esse é o Brasil dos turistas. Também não é o Brasil do 8º mercado mundial, potência emergente ou o Brasil dos 10% do PNB, o Brasil: Brasil, paraíso do capital. O Brasil é pesado e maciçamente o Brasil de um povo oprimido e explorado. Eis a grande e sombria realidade onde o amanhã radiante já faz seu caminho. Nesse Brasil, muita gente ainda não aportou. Não descobriram esse Brasil.

Essa é a primeira palavra de ordem para a Vida Religiosa segundo Puebla: descobrir a AL, ser outros Colombos. Dar-se conta da realidade para denunciar o pecado social e anunciar a libertação. É o que fizeram os bispos em toda a primeira parte das conclusões de Puebla.

É o que prescrevem essas mesmas conclusões para a formação dos religiosos: ter uma “adequada visão da realidade” (nº 877).

A formação religiosa não pode se fazer fora da história viva. Nada há que suscite tanta suspeita no jovem como a **alienação** da história. E aqui talvez valha uma referência à experiência de nossa geração de religiosos. Boa parte dos seminaristas e religiosos que viveram na década dos 60 — anos de intensa ebulição social e eclesial não se davam conta do que realmente acontecia. Os ambientes do seminário ou das casas religiosas eram profundamente ingênuos e extremamente permeáveis à ideologia dominante que era tremendamente burguesa, elitista e reacionária. E isso na melhor das boas intenções. Os grupos de igreja mais abertos e críticos eram minoria e olhados com suspicácia. Quanto custou perder essa inocência, que se confundia com bobice. E quanto tempo e energias se perderam e ainda se perdem por causa dessas incrustações ideológicas!

A geração atual de jovens religiosos é mais privilegiada. Tem atrás de si toda a experiência da Igreja e à frente de si os próprios pastores do Povo de Deus. Trata-se hoje de acompanhar a história, mas não a história oficial, a história da dominação, mas a história do povo, sua caminhada libertadora.

Mas isso não se consegue assim sem mais. São necessárias algumas condições: um mínimo de **informação objetiva** da situação do povo; mais: **consciência** crítica dos fatos transmitidos; mais ainda: **prática po-**

pular. Puebla, referindo-se à formação dos seminaristas fala em “contacto com a realidade” (871), “encarnação no momento histórico da América Latina” (884).

O processo da formação se faz dentro do grande processo da história. A educação conscientizadora — não cessa de repeti-lo Paulo Freire — se faz **dentro da práxis**. Portanto, nada de formação em estado de isolamento frente à realidade. É claro, isso não exclui tempos e lugares de retiro, de recuo para um aprofundamento espiritual ou teórico. Mas a formação se faz substancialmente no elemento da realidade e voltada para ela.

Um dos dramas que sofreu nossa geração de religiosos foi que provínhamos, a grande maioria, dos meios **populares** (sobretudo camponeses) e as instituições de formação religiosa e sacerdotal nos arrancaram de nosso chão cultural, nos despopularizaram e fizeram de nós gente de elite, de classe, de casta: padres, freiras, clérigos. Ser religioso e padre implicava numa verdadeira rendição cultural, numa espécie de traição de classe.

E hoje às duras penas tentamos reencontrar nossas raízes populares, tentamos reatar com nosso passado humilde e refazer a aliança com o povo que nos gerou e nos formou e do qual nos distanciamos ao longo de nosso processo educativo. E é ainda o povo simples e cheio de fé que é o melhor de nossa vocação. Em contato com ele, não nos “perdemos”, mas encontramos os melhores motivos para seguir adiante, solidários com ele, sem recuos nem traições.

É a sedução da modernidade, dos valores das classes dominantes, com suas perspectivas de **status**, de reavaliação egoísta, de cobiça e ambição que constituem uma verdadeira ameaça à nossa vocação e missão.

Ao contrário, a realidade do povo — como diz Puebla (nº 856) — joga como uma provocação, um desafio no sentido de nos associarmos a ele na superação da injustiça e na criação de um mundo novo.

É “diante da comunidade concreta e histórica” como diz Puebla (nº 860) — é em “resposta aos problemas concretos de cada nação” (nº 863), que surge e se fortalece nossa vocação religiosa e sacerdotal. Nossa vocação se afirma no elemento do Povo que é um povo eclesial (nº 4) e se enfraquece longe dele. Esta é pois nossa primeira palavra de ordem: descobrir o povo, descobrir a AL como continente da opressão, mas também como “continente da esperança” (nº 9).

2.^a palavra de ordem: Continuar caminhando para a periferia!

Trata-se aqui de viver como religiosos uma opção que é de toda a Igreja de nosso continente: a opção pelos pobres. Puebla vê nesta opção uma das “tendências mais importantes da Vida Religiosa latino-americana” (nº 733). No nº 769 concita os religiosos a levarem em frente essa bandeira. É para seguir caminhando para o lado dos pobres. É para continuar descendo de nossa posição, de nosso **status** de privilegiados, em direção da base que é o grande povo. A Igreja mesma reco-

nhece não estar ainda “identificada suficientemente com os pobres” e convida à conversão ao Cristo pobre e aos pobres (n.º 1140).

E nessa marcha geral de toda a Igreja para a periferia, os religiosos, por vocação, devem **estar à frente**. Eles nasceram para lutar no **front** do combate, na “linha de tiro” — segundo a expressão do Pe. Arrupe, Geral dos Jesuítas, nos dias de Puebla. Eles são, nas palavras de Puebla, “vanguarda evangelizadora” (771), a tropa de choque da missão da Igreja. Esse ir aos pobres não é um gesto meramente político. É um gesto profundamente evangélico: é **conversão**. É o gesto de Jesus Cristo que se desfez de sua glória, se esvaziou e tomou a forma de servo. É um gesto espiritual. O contato (n.º 1141) com o pobre, a experiência do pobre tem uma densidade profundamente **religiosa** e até mística. Os grandes santos podem dizê-lo: São Francisco, São Vicente de Paulo, e em geral os fundadores de todos os institutos religiosos.

Pois, pelo Evangelho sabemos que que os pobres são o “sacramento” de Jesus Cristo, Servo sofredor. Eles são a “cátedra de Deus” — para retomar uma expressão do exegeta espanhol González Ruiz. Aproximando-nos dos pobres, não nos distanciamos de Deus mas nos aproximamos realmente dele (n.º 1145). Não traímos a vida religiosa, mas nos mostramos fiéis à sua verdade. Com efeito, o mundo dos pobres é o elemento vital onde a vida religiosa deve viver. É lá que ela nasceu e se instituiu. Quase todas as ordens e congregações religiosas nasceram dessa opção evangélica de base que

é a opção pelos pobres. Nesse sentido poderíamos talvez dizer que a vida religiosa é filha da pobreza, é fruto do povo de Deus. Ela nasceu na margem e para a margem — da sociedade e até da Igreja. Ora eis o drama: a vida religiosa que nasceu dos pobres e para os pobres foi, pouco a pouco e de modo imperceptível, recuperada pelos ricos. Foi expropriada das mãos dos pobres e foi colocada a serviço dos poderosos. Os pobres se viram mais uma vez despojados. E desposados de um tesouro precioso que desde o começo foi deles.

E então vimos os religiosos devidamente atrelados aos interesses de uma minoria: educando os filhos em colégios de categoria, tratando de suas doenças nos grandes hospitais e cuidando de suas almas nas paróquias burguesas. Longe de nós julgar as intenções. Ou negar que sempre houve pessoas e comunidades que permaneceram fiéis à sua vocação originária junto ao povo simples. Mas, graças a Deus, o processo de volta às bases está desencadeado. Trata-se agora de passar aos pobres, de voltar aos pobres. É a voz da própria Igreja hierárquica que nos convida a isso, cada um a seu modo. E voltando aos pobres a vida religiosa nada mais fez senão encontrar-se consigo mesma.

E para um religioso essa opção pelos pobres possui uma conotação própria. Não se trata apenas de **estar** por ele, mas de estar **com** ele. Não se trata só de assumir sua causa, mas de assumir sua vida, sua sorte e para alguns até sua pobreza. Não se trata, pois, só de trabalhar pelos pobres mas de trabalhar com os pobres.

Trata-se de ser pobre no meio dos pobres.

Por isso na expressão duplamente adjetivada de Puebla: “opção **preferencial** e **solidária** pelos pobres”, é o adjetivo “solidária” que chama mais a atenção ao ouvido do religioso. É o que Puebla indica. O n.º 731, por exemplo, fala das pequenas comunidades religiosas “inseridas em bairros modestos ou no campo”. O n.º 734 fala em termos de “solidarizar-se”, de “conviver com o pobre”. Tudo isso levou concretamente, como registra Puebla (n.º 734) a uma revisão das obras tradicionais para melhor responder às exigências da evangelização. Nesse vasto processo já iniciado de ida à margem, melhor: de volta aos marginalizados, questiona-se o modelo dominante de vida religiosa: o **standing** de nossas casas, sua localização, os destinatários de nossos serviços, os ambientes sociais que freqüentamos e enfim o tipo de formação religiosa e cultural recebida. É claro que todo esse questionamento deve ser conduzido com senso de colegialidade e de responsabilidade social e histórica.

Isso não exclui ao contrário exige criatividade e coragem, sobretudo no que concerne à “formação seminarística” para a qual os documentos de Puebla pedem “novas fórmulas” (874) ou seja, novos modelos. Tais modelos devem corresponder a esse novo tipo de presbítero e religioso inserido no meio do povo como fermento, naturalizado com a cultura popular como um “intelectual orgânico” e não mais como um “intelectual cosmopolita”

ou universalista a que corresponde justamente o tipo “clérigo” para falar ainda como Gramsci. É nessa direção que estão indo algumas experiências novas de formação religiosa e seminarística — como se pode ver aqui e ali pelo Brasil afora.

É preciso contudo deixar claro que a opção pelos pobres não é opção pela pobreza. Não se trata de modo algum de canonizar a miséria. Disso já estamos suficientemente advertidos, inclusive pelos críticos da religião como ópio. A fórmula já foi encontrada e é: **pelos pobres contra a pobreza.**

A pobreza religiosa, entre outras coisas, é participação na pobreza dos pobres mas um sentido sempre libertador. É uma encarnação para a redenção — segundo o mistério de Cristo. A pobreza religiosa é testemunho e profecia. E como profecia é denúncia e anúncio.

Denúncia de uma sociedade egoísta e escrava do dinheiro — como diz o n.º 747 dos textos de Puebla. Esta denúncia profética passa pela **renúncia** real à busca do ganho, ao carreirismo e ao espírito de dominação. Nesse sentido como afirma Puebla (n.º 750) repetindo a **Evangelii Nuntiandi** (n.º 119) os votos são um “testemunho”, uma “pregação eloqüente e uma “interpegação ao mundo e à própria Igreja”. Naturalmente isso vale somente quando são vividos e não apenas professados.

A pobreza junto com os pobres é também **anúncio**: anúncio de “gratuidade de Deus” e da “nova Justiça” que há de vir, feita de partilha

fraterna dos bens e anúncio da supremacia do Reino sobre todos os bens da terra (nº 747). Portanto, a Vida Religiosa na América Latina só pode ter hoje e aqui esse conteúdo libertador.

Anunciando a “aliança libertadora com Deus”, como diz belamente Puebla, (nº 749) ela só pode ser uma Vida Religiosa libertadora.

3.ª palavra de ordem: Paixão do Deus na paixão do povo!

O humus originante da vida religiosa é a “experiência de Deus”. Dela nos fala Puebla nos n.ºs 726 a 729. Aí a “experiência de Deus” vem definida como “interiorização e aprofundamento da vivência da fé” (nº 726). Esse é o aspecto mais profundo da vida religiosa. Sem essa experiência de Deus, na linha direta da fé, não há vida religiosa que se sustente. Essa experiência está na origem histórica de todas as ordens e congregações religiosas. Ela está na origem do próprio Cristianismo. O segredo da personalidade fascinante de Jesus, de sua atividade profética e taumatúrgica era a experiência do Pai — do Pai de infinita bondade, do Pai da íntima intimidade, a quem ele chamava de **abba**. Se Cristo era um apaixonado do povo era **porque era um apaixonado do Pai**.

Pareceria que a exigência dos desafios atuais em nosso continente dispensasse ou colocasse em surdina esse aspecto originário da vida religiosa. De modo nenhum. Essa dimensão essencial é tanto mais necessária quanto mais desafiantes são nossos problemas concretos.

A questão aqui não é de manter a antiga forma do **quaerere Deum**, do **vacari Deo**, do **divina pati**. A questão da mística da vida religiosa hoje na América Latina se coloca em termos novos e até imediatos. Com efeito não se trata de viver a paixão por Deus **fora** de nossa realidade e **nem ao lado** dela, mas **dentro** dela e **através** dela. Trata-se para nós de viver a paixão por Deus no sofrimento do povo, na paixão do povo. Trata-se de uma síntese nova e original entre ação e contemplação. Essa síntese é diferente a cada momento da história. Mas ela foi e continua sendo uma exigência. Toda a tradição da vida religiosa mostra que a oração sempre ia junto com a ação — ação pastoral ou ação de promoção humana.

Assim, por ex., os monges beneditinos do lado da **lectio Dei** se dedicavam à conservação e transmissão do imenso tesouro da cultura antiga ameaçado pelos bárbaros. Não só: esses contemplativos introduziram na Europa inovações tecnológicas na agricultura. O mesmo se poderia dizer dos mendicantes e das congregações modernas. O **quaerere Deum** sempre foi junto com o **quaerere hominem**. Sobretudo o homem necessitado.

O **novum** de nossa situação-religiosa é o **novum** de nossa própria situação social: é a situação de um povo oprimido em busca de libertação. Aí ação é ação de transformação social. Por isso o segundo termo da síntese clássica oração-ação, não é simplesmente uma ação qualquer, uma atividade profissional, pedagógica, hospitalar ou outra.

É ação libertadora, é ação popular, é ação com dimensão política e histórica. No fim os verdadeiros termos da síntese seriam: **Mística e Política**. Colocada assim, essa síntese representa realmente algo de inédito na história da espiritualidade cristã.

E Puebla o viu com clareza. Os últimos 3 parágrafos da seção sobre a vida religiosa se referem diretamente a esse problema. Afirma que essa síntese é o grande desafio da Igreja hoje, que é o de viver a fé num mundo secularizado (nº 774). Conclama sobretudo aos institutos seculares a “abrir caminhos novos de validade geral para o povo de Deus” (nº 775) no que concerne à relação fé-mundo.

Deve ainda nascer — e está em gestação — o modelo de um **militante místico** que é ao mesmo tempo um **místico militante**; de um religioso profundamente apaixonado de Deus e profundamente comprometido com os pobres; de uma oração que acolhe e repercute toda a agitação e esperança do povo e de uma ação concreta que vibre com toda a força do Espírito; descoberta do pobre em face de Deus e da descoberta de Deus na face do pobre.

A história presente já nos mostrou algumas realizações felizes desse modelo que se procura. Essas realizações provam que a síntese: paixão de Deus-paixão do povo, mística-política, é possível. Temos aí monges como Thomas Merton, as comunidades de Taizé na França e de Solentiname na Nicarágua e outras ainda, que aliam a mais pro-

funda contemplação com uma preocupação entranhada pelos problemas do homem de hoje, sobretudo dos oprimidos.

Num nível mais amplo temos a figura de Gandhi, de Martin Luther King e outros espíritos decididamente religiosos mas nem por isso menos envolvidos na prática política. E mais próximos de nós vemos tantos bispos, padres, religiosos e leigos — a cada um a seu modo — seriamente engajados ao lado do povo, mas sem deixarem por isso de serem homens de Deus.

Nesse sentido merece destaque toda uma falange de bispos brasileiros e dos mais conhecidos por sua coragem profética mas que se distinguem ao mesmo tempo por sua profunda espiritualidade. Quem os conhece pode citá-los: D. Pelé, D. Frago, D. Marcelo, D. Casaldáliga, D. Waldir, D. Hélder, D. Moacyr, D. Luciano Mendes, D. Paulo Evaristo

Concluimos. Puebla foi uma graça para nossa Igreja. E é uma graça especial para a vida religiosa. E a graça de Puebla é sobretudo uma graça de confirmação: confirmação de nossas 3 palavras de ordem:

— Confirmação de nossa vontade de inserção em nossa América Latina.

— Confirmação de nossa caminhada junto dos pobres.

— Confirmação de nossa busca apaixonada de Deus no seio de nosso povo.

LIVROS NOVOS

COMENTÁRIO AO EVANGELHO DE SÃO MARCOS, Oscar Battaglia, Francesco Uricchio, Ângelo Lancellotti. Tradução do original italiano de Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 160.

Este Comentário, de caráter doutrinário e pastoral, é o primeiro de uma série de comentários aos quatro Evangelhos, cuja finalidade principal é apresentar aos homens de hoje a mensagem salvadora de Cristo, na pureza dos textos evangélicos e à luz das conclusões mais seguras a que chegou a exegese moderna. Em consideração ao objetivo prático e vivencial destes comentários, foi escolhido como primeiro texto o Evangelho de Marcos devido às características peculiares desse cronista de Jesus.

"A vivacidade, o espírito de observação, a espontaneidade de Marcos têm um arrojo e uma simplicidade encantadores. As narrações são breves, mas particularizadas e vivenciadas por detalhes pitorescos." Isto torna sua leitura particularmente apropriada e interessante para os homens de nosso tempo. Marcos ensina narrando. Traz-nos um testemunho vivo e visual do que aconteceu, do conteúdo realista e essencial da vida e mensagem de Cristo Salvador.

COMENTÁRIO AO EVANGELHO DE SÃO LUCAS, Ângelo Lancellotti e Giovanni Boccali. Tradução do original italiano de Antônio Angonese e Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Páginas 240.

A finalidade principal desta tradução é apresentar aos leitores modernos o fato histórico do Cristo-Messias e a dimensão universal de sua mensagem salvadora. Ninguém como Lucas deixou transparecer, em sua obra, a viva e vibrante sensação que sentiu diante da novidade evangélica. Originário do mundo grego e de formação cultural hele-nística, portanto, sem os preconceitos ou precedentes condicionantes da tradição religiosa judaica, ele foi ao encontro do cristianismo tal como era anunciado pelos apóstolos e primeiros testemunhos oculares de Cristo, com profundo entusiasmo pela dimensão extraordinária dos acontecimentos cristãos. Sua chegada à fé tem o sabor de uma autêntica descoberta. Ter encontrado a Deus na pessoa de Cristo para Lucas equivale a ter encontrado o Salvador, o Consolador de toda a aflição do mundo, a luz da esperança no profundo desespero humano.

Dai a nota de alegria que se manifesta em seu Evangelho desde as primeiras páginas. Sua preocupação, ao começar a pesquisa sobre os fatos relacionados com Cristo, foi a de todo historiógrafo: coletar cuidadosamente tudo o que havia em documentos escritos e em depoimentos orais para que sua narração fosse totalmente fiel à verdade dos acontecimentos e o mais completa possível em sua descrição.

Entre os muitos méritos deste **Comentário** assinalo o de colocar bem em destaque as características de Lucas, notável entre os demais evangelistas, pela sua evidente postura historiográfica e, ao mesmo tempo, pela sua contagiante

animação diante da percebida, extraordinária, dimensão da revelação cristã que, em seu escrito, apresenta-se como esperança ou, mesmo, certeza de salvação para os homens de todos os tempos.

O ROSTO MATERNO DE DEUS, ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas, Frei Leonardo Boff, OFM. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Páginas 268.

Contam-se aos milhares os livros de teologia e piedade sobre Maria, a Mãe de Jesus. Na sistematização das várias verdades marianas — a virgindade, a maternidade, a assunção, a mediação universal — se parte ou de Cristo ou da Igreja, ou da História da Salvação ou da Maternidade divina de Maria. O autor tentou um caminho novo e inovador. Aproveitou um conceito antropológico essencial para se entender o ser humano: o feminino. Sobre o feminino e a libertação da mulher, se tem estudado, discutido e aprofundado muito nas últimas décadas. A enorme massa de conhecimentos e o conseqüente enriquecimento que este debate trouxe para uma compreensão mais equilibrada do ser humano (varão e mulher) havia sido pouco aproveitada para a teologia.

O autor tentou refundir a meditação católica sobre Maria à luz do feminino. Depois de elaborar esta categoria do feminino no regísto das ciências, da filosofia e da teologia, aplica-o ao varão e à mulher, a Maria e a Deus. Conseguem-se não apenas novas luzes sobre as verdades marianas, mas também sobre o sentido último do feminino em geral e sobre Deus. Deus, nesta perspectiva, emerge como Mãe e não somente como Pai e o feminino é chamado também a suprema divinização em Maria, à semelhança do masculino em Jesus Cristo, mediante uma relação especial do Espírito Santo como Maria Santíssima, por ocasião da Anunciação.

LEGENDA MAIOR E LEGENDA MENOR, São Boaventura. Tradução de Frei Romano Zago, OFM. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Páginas 204.

Esta obra de São Boaventura é a vida de São Francisco de Assis. *Legenda Maior* é uma biografia longa. *Legenda Menor*, uma biografia resumida para o uso litúrgico. À primeira vista, o termo **legenda** evoca, diante de nossos olhares críticos modernos, algo como oposto a histórico, lendário. Mas não é assim. Etimologicamente, o termo **legenda** significa simplesmente para ser lida, para ler-se. A expressão é de cunho litúrgico e relaciona-se ao resumo da vida do Santo que se lê no Breviário. Embora tenham entrado nestes resumos lendas, ficções, fábulas, mitos, contos, etc., ao lado dos dados históricos, não se situa aí a força da expressão, do termo **legenda**, mas no simples fato de que servia à leitura.

Na descrição daquilo que Deus se dignou realizar por seu servo São Francisco, o autor procurou evitar o estilo literário afetado, pois o leitor devoto aproveita mais a palavra simples do que a eloqüência rebuscada. A história nem sempre é a ordem cronológica dos fatos. O autor agrupou acontecimentos que se deram em tempos diferentes mas se referiam a assuntos semelhantes e separou outros que se deram no mesmo tempo mas se referiam a assuntos diferentes. A obra é uma autêntica biografia. Enfoca o início, o desenvolvimento e o fim da vida de São Francisco em quinze capítulos distintos. A última parte descreve os milagres que se deram depois de sua morte.

FAMÍLIA CRISE OU MUDANÇA?, CONCILIUM/141. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Volume 1. Páginas 136.

Este número da revista CONCILIUM segue o modelo estabelecido em núme-

ros anteriores sobre sociologia da religião: uma seção dedicada aos dados sociológicos — a ciência social sobre a família — seguida por uma seção dedicada à resposta teológica — a conquista da intimidade.

Os sociólogos empíricos estão muito mais esperançosos acerca do futuro da família do que alguns de seus colegas não empíricos. As coisas nunca são tão inteiramente más como peritos de gabinete poderiam pensar. Assim, apesar de tudo o que já se escreveu acerca do declínio da família nuclear, permanece ainda esta verdade: de cada cinco americanos casados, quatro jamais se divorciaram. É muito duvidoso que a porcentagem seja diferente em outras partes do mundo. Como acentua Teresa Sullivan, a mudança da atmosfera da vida familiar pode explicar-se em boa parte por transformações demográficas e não pelo declínio da unidade familiar. Os teólogos e teóricos sociais ansiosos por responder ao suposto declínio da família fariam bem em checar seus dados fatuais antes de redigir suas respostas.

A CRISE DA INICIAÇÃO CRISTÃ, CONCILIUM/142. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Volume 2. Páginas 116.

A série de estudos apresentados neste número de CONCILIUM pretende oferecer instrumentos proporcionados pelas ciências humanas e que poderão ser usados para uma melhor compreensão de tudo quanto concerne à passagem da iniciação cristã. Uma das ironias do tempo: quando a teologia pastoral se tornou mais sensível a passagem, ao processo e a sua ritualização, estão se desintegrando agora os tradicionais programas de iniciação das sociedades que se mantinham adentro do século XX. Mas, em compensação, estão tomando corpo outros processos de iniciação, talvez de

sentido menos religioso e promovendo integração em subculturas ou grupos de interesse.

O exame a que as ciências humanas submetem estas formas tradicionais e modernas de iniciação pode ajudar a interpretar e programar os ritos e símbolos da iniciação cristã. Como adverte Dom Adrien Nocent, OSB, um dos autores, estes resultados não podem aplicar-se em seu estado bruto à iniciação cristã, mas certamente proporcionam elementos para nossa consideração. Infelizmente não se investiga suficientemente neste fascículo em que exata maneira eles são úteis, mas isso pode corresponder bem de perto ao atual estado dos estudos litúrgicos.

CÉU: UTOPIA E REALIDADE, CONCILIUM/143. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Volume 3. Páginas 112.

CONCILIUM enfoca neste número o tema sobre o Céu, suas representações, tradições, modelos, variações, etc. As pesquisas mostram como diminuiu a crença no céu, embora em menor proporção que a crença na vida depois da morte e a crença no inferno. De outro lado, o céu pertence ainda agora aos arquétipos da consciência coletiva da maioria dos povos e continua a influenciar enormemente a imaginativa cristã. Isso provoca grandes tensões e aumenta sentimentos de insegurança, certamente enquanto não forem aceitos novos símbolos de modo tão geral como foi o caso dos antigos. Perpassa, como um fio condutor, nos artigos deste número de CONCILIUM, o caráter situacional e temporal das concepções e idéias que estão em conexão com o céu. Outros artigos são caracterizados pelo fato de acentuar, muito embora de maneira diferente, o caráter utópico de falar sobre o céu. O último artigo examina a questão sobre as condições a que se deve satisfazer

para dar um lugar às imagens tradicionais e às novas imagens do céu, na crença duma comunidade de fé, que quer ficar fiel não só ao que lhe foi transmitido, mas ainda ao seu pensamento lógico.

IGREJA E DIREITOS HUMANOS, CONCILIIUM/144. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1979. Volume 4. Páginas 136.

O fato de a Teologia Prática colocar em discussão o tema da **Igreja e os Direitos Humanos** implica a afirmação de que os Direitos Humanos constituem para a Igreja uma tarefa ou desafio atuais. Se a Igreja lutar pelos Direitos Humanos não só encontrará na sociedade um **kairós** para isso, mas deve estar consciente das peculiares condições. A Igreja, neste esforço, mais do que em qualquer outra de suas atividades, deve trabalhar em comum com os homens e instituições de fora, de modo estreito e em plano de igualdade, sem revestir-se de um papel de chefia.

Filósofos, teólogos, historiadores e práticos reuniram neste número de CONCILIIUM seus esforços a fim de dar uma orientação sobre o assunto. A primeira parte examina o conceito à luz dos ensinamentos filosóficos, históricos, bíblicos e da história da Igreja. A segunda parte foi dedicada a um diálogo intraclesial sobre Direitos Humanos. Trata-se de um posicionamento desse conceito histórico, mas vindo de fora, nos quadros da Teologia e da Ética, mas também duma procura, infelizmente nem sempre bem sucedida, da realidade dos direitos humanos na vida da própria Igreja. A terceira parte quer mostrar caminhos para a práxis, caminhos que já foram trilhados e caminhos que ainda deverão ser trilhados.

OS DESLOCAMENTOS ATUAIS E O FUTURO DA TEOLOGIA, CONCILIIUM/135. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Volume 5. Páginas 128.

Neste fascículo de Concilium estão focalizados os novos aspectos das mudanças que ocorrem dentro do cristianismo e da Igreja Católica e, por conseguinte, na reflexão e reformulação teológica pós-conciliar. Pela temática desenvolvida, percebe-se a tentativa de uma previsão futurista quanto aos rumos da Teologia, deixando-se de centralizar-se de maneira estática na plataforma dos temas e tratados doutrinários tradicionais, formulados no prisma da clássica e específica exposição dos teólogos acadêmicos, para tomar posicionamentos e enfoques imprevisíveis.

As **renovações conciliares** teriam provocado não só uma prevista abertura para reformulações do objeto específico da Teologia, mas também ocasionado, como consequência imprevista, uma ampliação deste mesmo objeto para campos e interesse além do âmbito tradicional da conceituação teológica, motivados pelo fenomenologia existencial humana e pelas caracterizações típicas das culturas atuais. Este fato, no entender dos autores, está provocando o que chamam de fenômeno dos "deslocamentos atuais da Teologia".

Em consequência, "não haverá amanhã **uma teologia**, como ontem, nem mesmo **várias teologias** ocidentais, correspondendo às culturas, aos enraizamentos profundos, às apostas sobre o futuro. Seus solos, suas situações, seus interlocutores privilegiados, seus interesses mais importantes serão outros e aceitos como tais. Sua leitura das Origens será diferente, seus instrumentos de elaboração distintos". A seriedade dos problemas levantados merecem a atenção dos estudiosos, oferecendo-lhes uma importante oportunidade de atualização.

PSICOLOGIA E RELIGIÃO, Carl Gustav Jung. Tradução do original alemão **Zur Psychologie westlicher und östlicher Religion: Psychologie und Religion** de Dom Mateus Ramalho Rocha, OSB. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 132.

É o primeiro tomo do volume XI das Obras Completas de Jung. Em suas investigações científicas em torno da mente humana profunda, Jung se deparou constantemente com o fenômeno religioso que chegou a prender seu interesse de tal forma a ocupar um lugar central nos escritos do cientista, especialmente os dos últimos anos. Mantendo-se num plano rigorosamente científico, ele observou acurada e conscientemente toda espécie de manifestação daquilo que podemos chamar de **fator religioso**, tomado em sua amplitude universal, abrangendo, portanto, as representações reli-

giosas tanto do homem primitivo bem como as formas diversas de religiões que se manifestaram nas fases mais avançadas da cultura humana ao longo dos séculos.

Após essas investigações, Jung sentiu-se obrigado a reconhecer "como **conteúdos arquetipos** da alma humana, as representações primordiais coletivas que estão na base das diversas formas de religião". Mesmo sem nunca ter falado expressamente de Deus com o propósito de demonstrá-lo, Jung, neste estudo, admite na estrutura profunda da mente humana uma potencialidade nata que impulsiona o ser humano a procurar Deus e com ele se relacionar através da religião. A importância deste assunto, analisado pelo enfoque psicológico, adquire maior interesse por ser tratado por C. G. Jung, pioneiro insuperado nas pesquisas da Psicologia Profunda.

VOCÊ JÁ ADQUIRIU? JÁ LEU?

Os Religiosos: Vocação e Missão.

Um enfoque exigente e atual.

Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Segunda Edição. Ano 1979. Páginas 148.

Povo de Deus e Comunidade Libertadora

Equipe de Teólogos de CLAR.

Ano 1979. Páginas 128.

Puebla: desafios à Vida Religiosa

Vários autores brasileiros.

Oito estudos diferentes. Ano 1979. Páginas 158.

**PROCURE NA SUA REGIONAL DA CRB.
OU NA CRB NACIONAL**

PUEBLA FALA DA VIDA RELIGIOSA (I)

- 721** A vida consagrada é, por si mesma, evangelizadora, no sentido da comunhão e participação na América Latina.
- 722** Motivo de grande alegria é para nós, bispos, verificar a presença e o dinamismo de tantas pessoas consagradas que, na América Latina, dedicam sua vida à missão evangelizadora, como já fizeram no passado. Podemos afirmar com Paulo VI: "Não raras vezes, elas são encontradas na vanguarda da missão, a afrontar os maiores riscos para sua santidade e a própria vida. Sim, na verdade, a Igreja lhes deve muitíssimo" (EN 69). Isto nos incita a promover e acompanhar a vida consagrada de acordo com suas notas características.
- 723** De toda a experiência de vida religiosa na América Latina queremos reunir tão-somente as tendências mais significativas e renovadoras que o Espírito suscita na Igreja, assim como apontar algumas dificuldades manifestadas pela crise dos últimos anos.
- 724** Embora nos refiramos diretamente à vida religiosa, queremos dizer aos Institutos Seculares e a outras formas de vida consagrada que, aqui, depararão com muitas idéias e experiências que também lhes concernem. A Igreja da América Latina estima seu estilo de consagração a Deus e seu modo de vida "secular" como meio especialmente valioso para levar a presença e mensagem de Cristo a todo tipo de ambientes humanos.
- 725** A vida religiosa em seu conjunto constitui a maneira específica de evangelizar, própria do religioso. Por isso, ao assinalarmos esses aspectos, destacamos a contribuição dos religiosos para a evangelização. Em especial, descobrimos as tendências seguintes:
- a) Experiência de Deus
 - b) Comunidade fraterna
 - c) Opção preferencial pelos pobres
 - d) Inserção na vida da Igreja particular

Observação: O texto oficial do Documento de Puebla "A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina", tem 1310 números. Destes, 55 estão reservados à Vida Consagrada. Começa no número 721 e termina em 775. Aos poucos, transcreveremos, *ipsis litteris*, estes números. Será preciso ler e reler para surpreender os sentidos subjacentes destas linhas.
